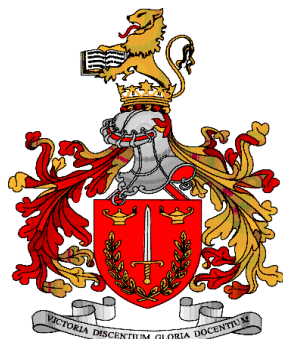


INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA



João Miguel Fevereiro Regino

Aspirante a Oficial de Polícia

Dissertação de Mestrado Integrado em Ciências Policiais

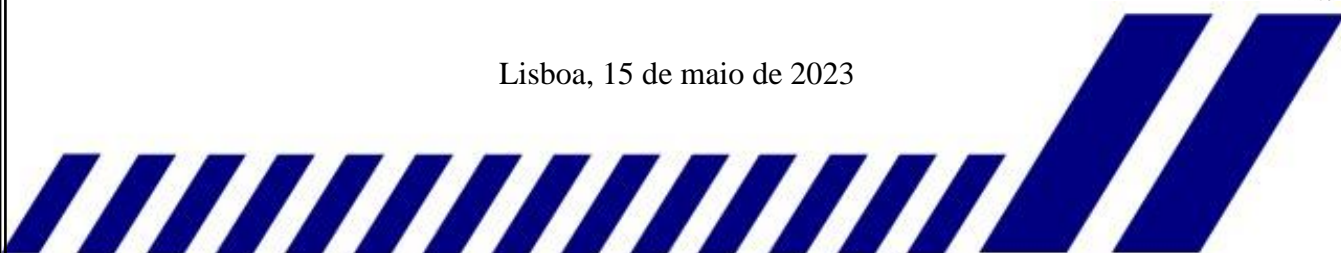
XXXV Curso de Formação de Oficiais de Polícia

***PROTEÇÃO DE SOFT TARGETS: A AMEAÇA DE
TERRORISMO NA ÁREA DO BAIRRO ALTO***

Orientadora:

Professora Doutora Raquel Duque

Lisboa, 15 de maio de 2023



Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna



João Miguel Fevereiro Regino

Aspirante a Oficial de Polícia

Dissertação de Mestrado Integrado em Ciências Policiais

XXXV Curso de Formação de Oficiais de Polícia

PROTEÇÃO DE SOFT TARGETS:
A AMEAÇA DE TERRORISMO NA ÁREA DO
BAIRRO ALTO

Dissertação apresentada no Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna com vista à obtenção do grau de Mestre em Ciências Policiais, elaborada sob a orientação da Professora Doutora Raquel Duque.



Estabelecimento de Ensino: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna

Autor: João Miguel Fevereiro Regino

Título da Obra: Proteção de *Soft Targets*: A Ameaça de terrorismo na Área do Bairro Alto

Orientadores: Professora Doutora Raquel Duque

Local de Edição: Lisboa

Data de Edição: 15 de maio de 2023



“A menos que modifiquemos a nossa maneira de pensar, não seremos capazes
de resolver os problemas causados pela forma como nos
acostumamos a ver o mundo”

(Albert Einstein)

Agradecimentos

Mais do que as cerca de 25.000 palavras que constituem esta dissertação de mestrado, o que realmente define este importante marco é o caminho realizado até cá chegar. O culminar de seis anos de trabalho árduo, com dificuldades que permitiram crescer ao nível pessoal e profissional, onde se destacam pessoas que me ajudaram a alcançar o que sozinho teria sido impossível, e a quem não poderia passar sem agradecer.

Em primeiro lugar, destacar o papel dos meus pais, que me deram a educação, os princípios e, mais que tudo, o amor e alento, encaminhando-me sempre para a tomada das decisões mais corretas, que me permitissem traçar o caminho a seguir, mostrando-me o que muitas vezes sozinho não conseguia ver. A quem me deu tudo para que pudesse chegar onde cheguei, muitas vezes em detrimento deles mesmos, e a quem nunca irei conseguir retribuir essa dedicação.

Ainda dentro da família, ao André Santos, o primo que é mais do que irmão, e que demonstrou sempre ser tudo isso, tendo sido aquele com quem sempre pude contar, crescendo juntos e partilhando uma vida inteira, explorando e conhecendo o mundo. Espero continuarmos a ser a pedra basilar um do outro, como sempre foi no passado e certamente será no futuro, estando em qualquer momento juntos para enfrentar o desconhecido.

Às duas famílias que o destino me deu ao ingressar no ISCP, o 34.º CFOP e o 35.º CFOP. Em primeiro lugar, o 34.º CFOP por me ensinar o que é a resiliência, a camaradagem e a autossuperação, características tão necessárias para superar dificuldades e não desistir ao primeiro obstáculo que encontramos. E em segundo lugar, ao 35.º CFOP por me acolher e demonstrar que mais importante do que a queda, é a forma como nos levantamos e superamos o que nos desafia, aprendendo no processo, sempre apoiado em quem nos acompanha.

Dentro destes, destacar o João Melgo e o João Moreira, com os quais pude criar o trio mais unido de transmontanos que alguma vez passou no instituto, companheiros de viagens, histórias e aventuras, parte da minha vida foi construída com eles e a isso lhes agradeço, levando comigo a consciência que sempre nos teremos uns aos outros, e que independentemente da distância, já percorremos muitos quilómetros juntos e não interessa os que virão, pois nunca nos vão separar.

Também ao Dércio Magalhães, por ser o meu irmão dentro do instituto, encaminhando-me nos momentos em que me desviava do caminho a seguir e a quem agradeço por colocar os problemas dos outros à frente dos dele, sendo o altruísmo dele o seu maior bem e que espero poder retribuir sempre que possível.

Por sua vez, dentro do 35.º CFOP, destacar o papel dos membros do *WANTED* por serem o grupo que sempre se mostrou disponível para me apoiar. Aqueles que sempre alinharam nas minhas ideias, por mais irrealistas que pudessem parecer, recuando às noites mal dormidas, mas certamente lembradas. Aqueles que confiaram em cada passo dado e me auxiliaram a chegar a este objetivo. Juntos passamos muitas aventuras e juntos muitas mais irão existir, o importante é a união demonstrada, onde, mesmo na discórdia, a capacidade de “concordar em discordar” sem que isso prejudica-se as vivências internas nos levou a criar a confiança e coesão atualmente inabalável.

Aos amigos de sempre, que me viram crescer, tanto na escola como no atletismo, e que apesar dos diferentes rumos tomados, sempre permaneceram presentes e disponíveis.

À minha orientadora um especial agradecimento, por aceitar este desafio e por estar sempre disponível para ouvir as minhas dúvidas, por me aconselhar e por me nortear nos momentos de indecisão, sem a qual este trabalho não teria o mesmo valor.

À subcomissário Beatriz Silva e a todo o efetivo da Esquadra de Cascais, por me terem acolhido de braços abertos e me ensinarem o que realmente é vestir uma farda e representar uma instituição. Pela disponibilidade em me mostrar as vivências próprias da esquadra e por transmitirem o seu conhecimento durante esse processo.

Da mesma forma, agradecer também ao Subcomissário Victor Cucu e ao Subcomissário João Morais que me acolheram no segundo semestre na Esquadra de Gondomar, apresentando-me duas realidades de comando diferentes, mas complementares, estando ambos sempre disponíveis para me ensinar algo novo e por serem sempre os primeiros a querer partilhar esse conhecimento.

Por fim, àquela pessoa que me pediu para não ser mencionada, mas que a esse pedido não pude atender. A quem no último ano me deu tudo o que tinha e eu nunca consegui agradecer da melhor forma. À pequena com coração de gigante com quem espero poder passar o resto da vida, já que é a pessoa que mais me importa no mundo. Espero poder levar-te sempre comigo e viver as próximas aventuras juntos!

Resumo

Nos últimos anos, os *soft targets* têm vindo a ser alvos cada vez mais recorrentes para a prática de atos terroristas devido às vulnerabilidades típicas que apresentam. Quer seja pela falta de medidas de segurança robustas, pela facilidade de acesso, pelos aglomerados de pessoas, pelo mediatismo, entre outros, os *soft targets* compreendem um conjunto de características que se consubstanciam como mais valias para os objetivos de quem pretende realizar um ataque terrorista e esse facto não pode ser negligenciado.

As zonas turísticas enquadram-se nessa tipologia de alvos, onde existe a possibilidade de ocorrência de um ataque terrorista e deve ser considerada a implementação de medidas de prevenção para que se possam diluir as vulnerabilidades desses locais.

Na presente dissertação, foi considerada a área do Bairro Alto como objeto de estudo, analisando-se as medidas de segurança em implementação e qual o nível de preparação para dar resposta a um ataque terrorista, face às vulnerabilidades existentes. Para esse efeito, foi realizado um estudo qualitativo com a concretização de 13 entrevistas, envolvendo elementos policiais e indivíduos civis, todos com conhecimento privilegiado no âmbito do terrorismo ou da segurança da área.

O estudo demonstra que apesar de existirem algumas medidas a serem implementadas no âmbito da prevenção, estas são ainda insuficientes para fazer face à imprevisibilidade e variedade de métodos para a realização de um ataque terrorista. Os entrevistados revelam algumas vulnerabilidades, designadamente a disposição das infraestruturas na área e do estado degradado em que se encontram, assim como a formação providenciada ao efetivo. A dissertação apresenta ainda algumas propostas de melhoria a implementar, tanto para o efetivo, como para as condições de segurança da área.

Palavras-chave: Bairro Alto; segurança; *soft targets*; terrorismo; turismo.

Abstract

In recent years, soft targets have become increasingly recurrent targets for terrorist acts due to the typical vulnerabilities they present. Due to the lack of robust security measures, ease of access, crowds of people, media exposure, among others, soft targets comprise a set of characteristics that are added value to the objectives of those who intend to carry out a terrorist attack and that fact cannot be overlooked.

Tourist areas, due to their particularities, fit into this typology of targets, being some of the places where the possibility of a terrorist attack occurring cannot be denied and the implementation of preventive measures must be considered so the vulnerabilities existing in these locations can be diluted.

In this dissertation, the Bairro Alto area was considered the object of study, by analyzing the security measures being implemented and the level of preparation to respond to a terrorist attack, given the vulnerabilities that exist in the area. For this purpose, a qualitative study was carried out with the completion of 13 interviews, involving police elements and civilian individuals, all with privileged knowledge in the field of terrorism or in the security in the area.

The study showed that although there are already some measures to be implemented in the scope of prevention, these are still insufficient to face the unpredictability and variety of existing methods for carrying out a terrorist attack. The participants also reveal some vulnerabilities, whether in the area, through the layout of the infrastructures and the degraded state in which they are found, or in the training provided to the agents. That said, some proposals for improvement to be implemented are also presented, both for the agents and for improving the conditions of the area.

Keywords: Bairro Alto; security; soft targets; terrorism; tourism

Lista de Siglas

CNPD	Comissão Nacional de Proteção de Dados
CP	Código Penal
CRP	Constituição da República Portuguesa
ENCT	Estratégia Nacional de Combate ao Terrorismo
EUA	Estados Unidos da América
EUROPOL	<i>European Union Agency for Law Enforcement Cooperation</i>
FBI	<i>Federal Bureau of Investigation</i>
FSS	Forças e Serviços de Segurança
GTD	<i>Global Terrorism Database</i>
GTI	<i>Global Terrorism Index</i>
ITP	Incidente Tático-policial
LSI	Lei de Segurança Interna
MENA	Médio Oriente e Norte de África
NEP	Norma de Execução Permanente
NRBQ	Nuclear, Radiológica, Biológica e Química
PCCOFSS	Plano de Coordenação, Controlo e Comando Operacional das Forças e Serviços de Segurança
PRoTECT	<i>Public Resilience using TEchnology to Counter Terrorism</i>
TE-SAT	<i>Terrorism Situation and Trend Report</i>
U.R.	Unidades de Registo
UE	União Europeia

Índice de Figuras

Figura 1 - Modelo simplificado da avaliação do nível do risco	26
Figura 2 - Responsáveis pela segurança de <i>Soft Targets</i>	35
Figura 3 - Tipos de entrevistas	38
Figura 4 - Mapa da área do Bairro Alto.....	72
Figura 5 - Ataques terroristas na Europa (2004-2020).....	73
Figura 6 - <i>Modus operandi</i> de ataques terrorista na Europa (2004-2020).....	74
Figura 7 - Ataques terroristas nos EUA (2004-2020).....	75
Figura 8 - <i>Modus operandi</i> de ataques terrorista nos EUA (2004-2020)	76
Figura 9 - Atentados terroristas na UE por ideologia (2010-2021).....	78
Figura 10 - Estatísticas sobre o turismo: Hóspedes registados em 2022.....	79
Figura 11 - Peso do turismo no PIB nacional (2016-2021).....	80
Figura 12 - Localização do sistema de videovigilância no Bairro Alto	81

Índice de Tabelas

Tabela 1 - " <i>The Four Waves of Modern Terrorism</i> "	9
Tabela 2 - Número de atentados terroristas na UE por ideologia (2010-2021).....	77
Tabela 3 - Tabela de codificação.....	92
Tabela 4 - Incidência de entrevistas por indicadores.....	93
Tabela 5 - Peso percentual das U.R.....	94

Índice

Agradecimentos	iv
Resumo	vi
Abstract.....	vii
Lista de Siglas.....	viii
Índice de Figuras	ix
Índice de Tabelas	ix
Introdução.....	1
Capítulo I – Terrorismo e <i>soft targets</i>	4
1.1. Conceito de terrorismo.....	4
1.2. Enquadramento legal do terrorismo.....	10
1.3. Definição de <i>soft targets</i>	15
Capítulo II – A ameaça a <i>Soft Targets</i>	24
2.1. A ameaça.....	24
2.2. Riscos.....	25
2.3. Vulnerabilidades	27
Capítulo III – Área do Bairro Alto como <i>Soft Target</i>	29
3.1. A realidade Europeia e Norte Americana	29
3.2. O contexto da área do Bairro Alto	30
Capítulo IV – Método.....	34
4.1. Participantes.....	34
4.2. Corpus.....	36
4.3. Instrumentos de recolha de dados	37
4.4. Análise de conteúdo.....	39
4.5. Procedimento	40
Capítulo V – Apresentação e discussão dos resultados.....	42
5.1. Ameaça de Segurança	42
5.2. Prevenção e reação a ataque terrorista.....	44
5.3. Formação em antiterrorismo	46
5.4. Tipologia de ataques	48
5.5. Medidas de segurança propostas.....	50
5.6. Responsabilidade na segurança.....	52
Conclusão	55

Referências	59
Anexos	70
Anexo I - Ofício de autorização para o acesso a documentação classificada.....	70
Anexo II - Ofício de autorização para realização de entrevistas a elementos policiais..	71
Anexo III – Mapa da Área do Bairro Alto	72
Anexo IV – Ataques terroristas na Europa (2004-2020).....	73
Anexo V – <i>Modus operendi</i> de ataques terrorista na Europa (2004-2020).....	74
Anexo VI – Ataques terroristas nos EUA (2004-2020)	75
Anexo VII – <i>Modus operendi</i> de ataques terrorista nos EUA (2004-2020).....	76
Anexo VIII – Número de atentados terroristas na UE por ideologia (2010-2021)	77
Anexo IX – Representação gráfica dos atentados terroristas na UE por ideologia (2010-2021).....	78
Anexo X – Estatísticas sobre o turismo: Hóspedes registados em 2022	79
Anexo XI – Peso do turismo no PIB nacional (2016-2021).....	80
Anexo XII – Localização do sistema de videovigilância no Bairro Alto	81
Apêndices	82
Apêndice I – Modelo de Termo de Consentimento Informado.....	82
Apêndice II – Guião de Entrevistas	83
Apêndice III – Quadro Categorical	84
Apêndice IV – Tabela de codificação.....	89
Apêndice V – Incidência de entrevistas por indicadores.....	93
Apêndice VI – Peso percentual das U.R.	94

Introdução

Os *soft targets* são cada vez mais um foco de preocupação para as nações pela possibilidade de se constituírem como alvos de ataques terroristas devido a características específicas desta tipologia de áreas, como por exemplo, o facto de nestas zonas existirem grandes aglomerados de pessoas e as medidas de segurança disponíveis serem precárias para fazer frente à ameaça terrorista.

Não existindo uma definição consensual de *soft targets*, Elias (2022), em concordância com a maioria dos autores nesta matéria, defende que estes alvos são caracterizados pela carência de medidas de segurança robustas e pela existência de grandes ajuntamentos de pessoas.

Por sua vez, tratando-se de alvos que se inserem nos objetivos da ameaça terrorista, nomeadamente a intenção de causar medo, pânico, impacto social, acabam por ser a escolha destes alvos, justificada pela facilidade de lhes aceder e causar danos. Acresce ainda as reduzidas medidas de segurança direcionadas para os *soft targets*, existindo uma relação de custo-benefício entre os esforços necessários para executar o ataque e os objetivos que o atacante pretende alcançar.

Como tal, cada vez mais é necessário estudar e avaliar as condições existentes nos *soft targets* no que concerne à aplicação de medidas de prevenção e combate ao terrorismo, com o intuito de perceber qual a eficácia nesse âmbito.

É nesse sentido que o presente estudo se efetua. A área do Bairro Alto (Anexo III), enquanto objeto de estudo, apresenta diversas características que a tornam única e de elevada importância no que diz respeito à proteção de ataques terroristas. Desde a grande densidade populacional que se verifica na área em determinadas horas do dia, ao facto de compreender não só uma área de comércio e de diversão noturna bastante popular e movimentada durante todo o ano, como também diversos locais de culto, como é o caso da Igreja de Nossa Senhora do Loreto dos Italianos e a Igreja de São Roque, locais de turismo como o museu de São Roque e a Praça Luís de Camões, são vários os fatores a considerar aquando do estudo desta área. Todas estas especificidades fazem ainda com que a área se enquadre na temática dos *soft targets* e que, como consequência, se apresente como um potencial alvo de ataque terrorista.

Dessa forma, pretende-se com esta investigação contribuir para o conhecimento científico sobre a aplicação de medidas de segurança face à ameaça terrorista contra *soft targets*. O intuito será de melhorar tanto a segurança, numa ótica mais objetiva, como o sentimento (subjetivo) de segurança por parte da população.

Para tal, este estudo é dividido em cinco capítulos, dos quais, no Capítulo I serão abordadas as principais características do terrorismo e dos seus agentes, permitindo assim entender não apenas o panorama atual do que é a ameaça terrorista, mas também uma breve evolução histórica, já que, nas palavras de Heródoto, é necessário “pensar o passado para compreender o presente e idealizar o futuro”. Ainda nesse capítulo, o estudo especificará e aprofundará as circunstâncias dos *soft targets*, uma vez que é nessa tipologia de alvos que a área de estudo se enquadra. Nesse sentido, abordaremos diversos conceitos relacionados com essa tipologia de alvos e realizaremos uma análise comparativa entre estes e os demais alvos.

O Capítulo II centrar-se-á nos conceitos de ameaça e de risco. Pretende-se, assim, demonstrar a importância de saber reconhecer e definir as ameaças e riscos a que poderemos encontrar neste tipo de alvo. Como tal, serão apresentados modelos de cálculo do nível de risco para qualquer possibilidade, remetendo posteriormente esses modelos para a área do terrorismo.

O Capítulo III direcionará a análise para a área de estudo em causa para este trabalho, fundamentando com base em estatísticas dos mais recentes ataques terroristas o porquê da importância de definir a área do Bairro Alto como objeto de estudo. Paralelamente, será feito um enquadramento de como se consubstancia atualmente a área, redigindo as características consideradas pertinentes tendo em conta o estudo a ser realizado.

Concluída a recolha de todo o estado de arte relativo aos *soft targets* e em concreto à área em estudo, o Capítulo IV apresentará o método a desenvolver neste trabalho de investigação. Assim, este capítulo será constituído pelas orientações basilares que definirão a linha de estudo a seguir, através do método, no qual se inclui os instrumentos de recolha de dados, neste caso entrevistas semidiretivas e semiestruturadas, o elenco de participantes, quais as motivações para a sua escolha e ainda os procedimentos a seguir na recolha e análise de dados.

Por fim, após explanados os procedimentos e a estrutura do estudo, através do Capítulo V, serão apresentados os dados recolhidos, após a sua análise e tratamento. Como tal, por forma a orientar o nosso estudo, tomou-se como pergunta de investigação: **Qual o nível de preparação para a prevenção e reação a um atentado terrorista na área do Bairro Alto?**

Com o intuito de dar resposta da forma mais coesa e holística possível, desta questão extraem-se as seguintes perguntas derivadas:

1. Quais as principais vulnerabilidades existentes na área do Bairro Alto que podem atrair a atenção terrorista? **(Q1)**
2. Quais as medidas de segurança na área do Bairro Alto para a prevenção e combate ao terrorismo e qual a sua eficácia? **(Q2)**
3. Qual o nível de formação dos trabalhadores na área do Bairro Alto relativamente à segurança e à reação a um ataque terrorista? **(Q3)**

Capítulo I – Terrorismo e *soft targets*

1.1. Conceito de terrorismo

De acordo com Noivo (2012, p. 71), “a ameaça que, porventura, mais evidenciou o difícil equilíbrio entre o poder político e segurança nos últimos anos foi o fenómeno terrorista”.

Como tal, o terrorismo apresenta-se como um tema amplamente abordado e aprofundado pelos mais diversos autores, existindo inúmeras definições, cada uma baseada na perspectiva e metodologia de estudo utilizada por cada investigador.

Podemos assim dizer que se trata de uma área de difícil conceptualização, onde as múltiplas variáveis existentes levam a que se construam tantas definições como estudos efetuados. Desta forma, “a clarificação do significado de terrorismo, para além de ser um ponto de partida para reduzir a incerteza conceptual, concorre ainda para uma melhor compreensão da realidade de segurança contemporânea” (Duque, 2016).

Como tal, começando por enunciar Galito (2013), esta autora afirma que o terrorismo pode ser apresentado como um instrumento que serve para impor medo sobre um povo, um governo ou um Estado, tendo várias definições e conjeturas. É aqui observada a importância que as intenções têm na idealização dos objetivos que vão posteriormente orientar as ações terroristas.

Ainda sobre a intencionalidade por detrás do terrorismo, recorrendo a Paul Wilkinson (2005), o terrorismo pode ser brevemente definido como o uso do assassinato, danos e destruição, ou a ameaça de realização dessas ações para criar um clima de terror, com o intuito de divulgar uma causa e, conseqüentemente, intimar um alvo mais amplo para ceder aos objetivos terroristas.

Bruce Hoffman apresenta também uma definição simplificada, afirmando que o terrorismo se apresenta como sendo “a violência ou a ameaça de violência, quando utilizada e direcionada na procura, ou ao serviço, de um objetivo político” (Hoffman, 2017, p. 18).

Através de todas as definições apresentadas, é possível depreender que o terrorismo, enquanto ação de uma pessoa ou grupo, visa a alteração de um *status quo* existente, com a utilização do medo e da insegurança como principal forma de intimação,

sendo uma ação disruptiva com a intencionalidade de alterar a realidade política, social ou religiosa.

O próprio radical “terror”, presente no vocábulo, vem destacar o meio de intimidação utilizado nos ataques de terrorismo, sendo o terror definido como “um medo indiscriminado e permanente despertado nas pessoas” (Vergueiro, 2009, p. 17), podendo-se constituir, neste caso, o objetivo desse terror através de razões de natureza política ou religiosas.

Por sua vez, uma definição mais elaborada, apresentada por Alex Schmid (2004), descreve o terrorismo através de um conjunto de 16 (dezasseis) elementos que permitem caracterizá-lo de forma mais completa e, tal como refere o autor, menos redutora da sua complexidade.

Assim, este autor apresenta a seguinte conceptualização:

O terrorismo é um [1] método inspirador de ansiedade através da repetição de [2] ataques violentos, empregados por [3] indivíduos, grupos ou estados (semi-)clandestinos, por [4] razões idiossincráticas, criminosas ou políticas, em que – em contraste com o assassinato - os alvos diretos da violência não são os principais alvos. As [5] vítimas humanas imediatas da violência são geralmente escolhidas [6] aleatoriamente (alvos de oportunidade) ou [7] seletivamente (alvos representativos ou simbólicos) dentro de uma população-alvo, e servem como geradores de mensagens. [8] Comunicação baseada em [9] ameaças e violência entre terroristas (organização), vítimas (em perigo) e principais alvos é usada para [10] manipular o alvo principal (público(s)), transformando-os em um [11] alvo de terror, um [12] alvo de demandas ou um [13] alvo de atenção, dependendo se é [14] a intimidação, [15] a coerção ou [16] a propaganda principalmente procurada. (Schmid, A. 2004, p. 382).¹

¹ Tradução livre do autor.

Aqui, destacam-se vários elementos característicos, como a ansiedade e medo almejados pelos atacantes; os autores do ataque, podendo ser um ou vários indivíduos; a tipologia dos ataques, normalmente violentos; as várias razões que poderão estar por detrás destes ataques; as consequências resultantes dos ataques, entre os quais danos patrimoniais e vítimas humanas; a metodologia de escolha dos alvos; a metodologia de perpetração do ataque terrorista; os alvos principais, normalmente dissociados dos alvos diretos do ataque e ainda a finalidade dos ataques.

Com estes fatores, pode-se assim perceber a complexidade associada ao terrorismo e a dificuldade existente em estipular corretamente um conceito que, por um lado, seja abrangente o suficiente para conter todas as tipologias existentes e, por outro, seja específico o suficiente para o diferenciar de diversas outras ações como, por exemplo, os atos de guerra convencional ou ainda atos de guerrilha (Merari, 1993).

Townshend, no intuito de também tentar realizar essa distinção, destaca a forma como o terrorismo é realizado. Assim, ao contrário da guerra convencional e dos atos de guerrilha, os atos de terrorismo têm como principal processo de execução a propagação de terror sem confronto armado, pois, segundo o autor, “os alvos são atacados de uma forma que inibe (ou melhor, proíbe) a autodefesa” (Townshend, 2006, p. 13).

Outro aspeto marcado pelo autor que diferencia e marca o terrorismo, é a facilidade na realização de ataques, não apenas a alvos específicos, mas a alvos aleatórios e indiscriminados, podendo um ataque ocorrer num mercado de rua, lojas, centros comerciais, entre outros. Assim, “assistimos à chacota deliberada da lei de guerra internacional e a uma recusa em aceitar as distinções morais prevaletentes – entre alvos beligerantes e neutros, combatentes e não combatentes, legítimos e não legítimos” (Townshend, 2006, p. 13).

Este ponto, constitui-se como uma das quatro características gerais presentes em atentados terroristas, sendo estas (1) a natureza indiscriminada do terrorismo, (2) a imprevisibilidade e arbitrariedade, (3) a gravidade ou espetacularidade e (4) o caráter amoral e de anomia (Vergueiro, 2009).

No que concerne em específico à primeira característica, tal como já mencionado, Vergueiro (2009) afirma que qualquer pessoa e local poderá ser alvo de ataque, independentemente do seu papel na sociedade. Este fator não impede a existência de alvos específicos que se poderão apontar tendo em conta a representatividade dos mesmos

como o inimigo dos terroristas. É o exemplo de organizações policiais, religiosas, políticas, entre outras. Porém, estes não deverão ser os únicos a se ter em conta como potenciais alvos de ataque terrorista.

A imprevisibilidade e arbitrariedade são apresentadas como características essenciais, pois, tal como o autor refere, em condições normais, não costuma ser possível saber onde e quando se irá realizar um atentado, sendo assim alta a imprevisibilidade associada ao terrorismo.

Já a gravidade, ou espetacularidade, associa-se essencialmente ao facto de apesar de menos frequente e estatisticamente associado a menos mortes do que atos como a violência comum ou a violência doméstica, a perceção da população em geral leva a que um atentado terrorista gere muita maior perceção de insegurança. O autor afirma que este facto se deve principalmente à crueldade com que são perpetrados os atentados terroristas e o impacto associado no inconsciente coletivo (Vergueiro, 2009, p. 22).

Por fim, quanto ao carácter amoral e de anomia, “os terroristas tendem a demonstrar desprezo e indiferença pelos valores morais vigentes” (Vergueiro, 2009, p. 22), sendo a principal recusa associada à argumentação de que estes são princípios éticos instituídos e manipulados pelo governo ou grupos sociais a que eles se opõem, justificando e legitimando assim as suas ações. Essa ideia verifica-se através da ideia de que “*One man’s terrorist is another man’s hero*” (Noivo, 2012, p. 74), retratando a forma como as ideologias e o carácter moral por detrás dos atentados tem um papel fundamental na caracterização e legitimação das ações terroristas.

O terrorismo, tal como definido anteriormente, enquanto meio para impor uma ideologia diferente da vigente, poderá abranger diversas tipologias e formas de execução. Assim, uma das formas de tipificar o terrorismo poderá relacionar-se com a motivação do grupo ou do indivíduo por detrás do próprio ataque.

De acordo com esse critério, Bruno Prata (2016), apresenta diversas tipologias de terrorismo:

- O extremismo de esquerda; que através de ideologias comunistas, procuram a imposição de uma sociedade socialista, procurando instaurar a ideia de igualitarismo, de propriedade comum e ainda a ausência de classes sociais;

- O extremismo de direita; que visa derrubar governos vigentes, substituindo-os por governos nacionalistas ou de orientação fascista, onde o repúdio da democracia e a defesa de hierarquias sociais bem consolidadas são algumas das características;
- O terrorismo religioso; onde as diferenças religiosas são o principal conflito e as ações terroristas são consideradas pelos atores como abençoadas e comandadas por Deus;
- O terrorismo nacional ou étnico; onde o objetivo é utilização do medo para criar uma pátria exclusiva do seu grupo. Esta tipologia de terrorismo está muitas vezes associada a diferenças étnicas e culturais, sendo o principal objetivo reivindicar território para os seus semelhantes;
- O terrorismo racista; caracterizado pela violência contra grupos diferentes e, normalmente, oprimidos. Neste tipo de casos os próprios grupos terroristas poderão eles também ser vítimas de opressão por outras partes;
- O terrorismo individual ou de interesse especial; onde as causas são muito específicas e concretas, foca-se assim em atingir uma determinada realidade ao invés de tentar realizar mudanças gerais de cariz político, religioso ou social.

Ainda no que concerne à caracterização do terrorismo através da motivação ideológica por detrás do mesmo, a EUROPOL apresenta as seguintes tipologias: terrorismo jihadista, de extrema-direita, de extrema-esquerda ou anarquista, separatista e de causa única (EUROPOL, 2022).

Alex Schmid (2020), apresenta uma outra categorização, mais ampla, que para além das tipologias anteriormente apresentadas, acrescenta ainda o terrorismo por ator solitário, terrorismo vigilante, ciberterrorismo, terrorismo NRBQ (nuclear, radiológico, biológico e químico) e terrorismo de Estado.

Outra perspetiva existente, permite-nos analisar o terrorismo quanto à sua evolução ao longo dos tempos, sendo assim apresentada por Rapoport (2004), um conjunto de tipologias de terrorismo que se apresentam como dominantes por um período de tempo, através de vagas temporais.

Desta forma, o autor defende que ao longo dos tempos padrões de ataques permitiram estabelecer a vigência de certas tipologias de terrorismo em cada época. O

terrorismo, é assim caracterizado em cada época consoante o contexto social, político e/ou religioso, levando a que as motivações terroristas fossem contrárias a esse contexto, desenvolvendo valores e objetivos a alcançar pelos indivíduos por detrás dos ataques terroristas como meio de justificação da execução dos ataques.

Seguindo esta teoria, Erin Walls (2017), sintetiza quais as quatro vagas a que Rapoport se refere, resumindo as mesmas quanto ao período de cada vaga, ao seu catalisador, aos objetivos, os alvos, as táticas e ainda a razão do seu declínio através de do quadro síntese a seguir apresentado.

Wave	Catalyst	Goals	Targets	Tactics	Reasons for Decline
Anarchist 1870s – 1910s	Slow political reform, declining legitimacies of monarchies	Revolution, eliminate government oppression	Heads of state	Assassinations using dynamite, bank robberies	Aggressive state opposition, beginning of World War I
Nationalist 1920s – 1960s	Versailles Peace Treaty, increased desire for self-determination	Eliminate colonial rule, create new states	Police and military	Guerilla style hit and run attacks	Achieved goals, colonial rulers withdrew from territories
New Left 1960s – 1980s	Vietnam War, Cold War tensions	Eliminate the capitalist system	Governments, increased focus on U.S.	Hijackings, kidnappings, assassinations	End of Cold War
Religious 1979 – 2020s (predicted)	Iranian Revolution, new Islamic century, Soviet invasion of Afghanistan	Creation of global Islamic Caliphate	U.S., Israel, Europe, mass transportation systems, public venues	Suicide bombings, aircrafts and vehicles as weapons	Unknown

Tabela 1 - "The Four Waves of Modern Terrorism"

Nota: Figura adaptada de “*Waves of Modern terrorism: Examining the past and predicting the future*” de Erin Walls, 2017, p. 20.

Através dessa esquematização, observa-se que a atividade terrorista pode apresentar as mais diversas motivações e, por sua vez, o decréscimo de algumas tipologias de terrorismo poderá dever-se ao conquistar dos objetivos por eles delineados, por uma oposição forte por parte dos governos que impossibilite a atividade terrorista, o cessar do contexto que leva à criação da oposição desses indivíduos ou grupos, entre outros.

Por sua vez, na realidade portuguesa, Hermínio de Matos (2016), apresenta também uma caracterização de terrorismo através de vagas temporais, embora apenas circunscritas ao território português. O autor apresenta vários episódios para ajudar a situar estas mesmas vagas nos seus hiatos temporais. Assim, a primeira vaga apresentada, a vaga anarquista, seria caracterizada pelo regicídio do Rei D. Carlos I e do seu filho, Príncipe D. Luís Filipe, acontecimento que marcaria a história portuguesa e,

posteriormente, em 1910, acabaria com a Monarquia Constitucional e conseqüentemente levaria à implantação da República.

A segunda vaga, a vaga anticolonialista, teria como ponto fulcral a luta armada de guerrilha por diversos movimentos independentistas ou de resistência, existindo o exemplo da colocação de um artefacto explosivo no local onde habitualmente estacionava a viatura oficial do então Presidente do Conselho de Ministros, António de Oliveira Salazar (Matos, 2016).

A terceira vaga, vaga da esquerda revolucionária, é estabelecida após a revolução de 25 de Abril de 1974, onde os principais fatores característicos seriam os atentados perpetrados pelos diversos grupos que acabariam por constituir a atualmente conhecida rede Bombista do Norte (Matos, 2016).

Por fim, a quarta vaga, caracterizada como vaga religiosa, é onde ocorre o primeiro contacto com o terrorismo internacional, sendo que em 1982 e 1983 foram realizados dois ataques perpetrados pelo grupo terrorista Arménio ARA. Embora os alvos destes ataques fossem de origem Turca, ambos ocorreram em Portugal, o que não deixa de ser um fator de insegurança de grande relevo para o país (Matos, 2016).

1.2. Enquadramento legal do terrorismo

Este subcapítulo visa enquadrar o terrorismo no âmbito dos quadros legais europeu e nacional e ainda dentro do seio policial.

Ao nível europeu, o terrorismo é definido através da Decisão-Quadro 2002/475/JAI do Conselho da União Europeia, através do seu artigo 1.º, como qualquer ato cometido com o objetivo de intimidar gravemente uma população; de obrigar indevidamente um governo ou uma organização internacional a praticar, ou a abster-se de praticar qualquer ato, de destabilizar gravemente ou destruir estruturas políticas, constitucionais, económicas, ou sociais fundamentais de um país ou de uma organização internacional. Esta definição aproxima-se das conceptualizações dos vários autores supramencionados, tendo como objetivo uniformizar e levar a que todos os Estados-Membros abordem esta temática de forma semelhante, tanto na consideração de infrações como atos terroristas, como nas medidas a tomar para combater essas infrações.

Por sua vez, nos artigos 1.º ao 4.º, esta declaração vem estabelecer que os Estados-Membros deverão tomar as medidas necessárias a tornar puníveis os atos que se relacionem com a direção de um grupo terrorista e da participação nas atividades de um grupo terrorista, tanto na execução, como na instigação ou ainda através do fornecimento de informação, materiais ou financiamento dos mesmos.

Assim, essa declaração vem definir para todos os Estados-Membros quais as ações que deverão ser consideradas atos terroristas e que, por essa razão, deverão ser sancionadas, dando liberdade aos Estados-Membros para criar as medidas que cada Estado considere mais adequadas para essas mesmas sanções.

Ao nível internacional, é útil mencionar a Convenção do Conselho da Europa para a prevenção do terrorismo, aprovada em Portugal através da Resolução da Assembleia da República, de 23 de julho de 2015, que vem atribuir aos Estados o dever de criar medidas que proporcionem soluções eficazes para melhorar a prevenção do terrorismo e dos seus efeitos negativos, bem como garantir o pleno gozo dos direitos humanos, tal como referido no seu artigo 2.º.

Para tal, a partir dos seus artigos 3.º e 4.º, esta Convenção apela à tomada de medidas ao nível da formação, da sensibilização, da cooperação entre autoridades, tanto ao nível nacional como internacional. Essas medidas de prevenção têm o principal objetivo de mitigar o incitamento público à prática de infrações terroristas, ao recrutamento e ao treino para o terrorismo (nos artigos 5.º a 7.º).

Por sua vez, ao nível nacional, a prevenção e combate ao terrorismo desenvolve-se como uma função do Estado, estando esta enquadrada na Constituição da República Portuguesa (CRP), através do seu artigo 27.º no que diz respeito ao direito à segurança. Com o intuito de melhor poder cumprir com essas competências, na Lei de Combate ao Terrorismo, Lei n.º 52/2003, são apresentados os atos que poderão ser considerados terroristas e como deverão ser punidos juridicamente.

Esta Lei vem dar cumprimento ao estabelecido no quadro europeu através da Decisão-Quadro 2002/475/JAI, supramencionada, indo ao encontro da sua definição de terrorismo, onde são enquadrados todos os atos cometidos com o objetivo de intimidar gravemente uma população; de obrigar indevidamente um governo ou uma organização internacional a praticar, ou a abster-se de praticar a qualquer ato ou de destabilizar

gravemente, ou destruir estruturas políticas, constitucionais, económicas ou sociais fundamentais de um país ou de uma organização internacional.

Tendo em conta que cabe aos Estados estabelecer as sanções a serem aplicadas em cada país, a Lei n.º 52/2003 vem desta forma concretizar essas sanções, prevendo penas para a prática das várias atividades relacionadas com o terrorismo. Esta lei vem ainda servir de ponto de ligação com o Código Penal (CP), prevendo o agravamento das penas quando se trata de atos de terrorismo ou a ele indiretamente associados.

Ainda nesse âmbito, com o intuito de respeitar todas as disposições internacionais e nacionais, foi criada a Estratégia Nacional de Combate ao Terrorismo (ENCT), aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 40/2023, onde se encontram presentes quatro eixos estratégicos para o combate ao terrorismo, sendo estes i) Prevenir, através da antecipação e deteção de potenciais ameaças terroristas; ii) Proteger, aumentando a resiliência de potenciais alvos de terrorismo; iii) Perseguir, visando a prevenção através da deteção e investigação criminal de todas as infrações terroristas e relacionadas a grupos terroristas; e iv) Responder; através do restabelecimento da normalidade após a ocorrência de um ato terrorista.

Dentro destes eixos, mais concretamente ao que se refere o segundo eixo, é destacada a necessidade de reduzir a vulnerabilidade não só das infraestruturas críticas nacionais, como também dos espaços públicos em geral, salientando ainda a importância da cooperação institucional entre as autoridades judiciárias, policiais, serviços de informações e ainda todas as entidades públicas e privadas.

Por sua vez, no que concerne ao garante da segurança interna, missão fundamental e constitucionalmente atribuída às FSS, o combate a atos de terrorismo torna-se um tema relevante tendo em conta não só as consequências gravosas que podem advir dos mesmos, mas também ao sentimento de insegurança que estes geram na população.

Assim, antes de mais, é necessário enquadrar estes atos no âmbito da Lei 53/2008, Lei de Segurança Interna, onde são definidos os fins da segurança interna. Estes objetivos estão descritos no artigo 1.º desta lei e passam pelo garante da ordem, segurança e tranquilidade públicas, a proteção de pessoas e bens, a prevenção e repressão criminal e o garante do normal funcionamento das instituições democráticas e do regular exercício dos direitos, liberdades e garantias.

Para conseguir alcançar esses fins, a LSI contém diversas medidas que, tal como a própria refere, “destinam-se, em especial, a proteger a vida e a integridade das pessoas, a paz pública e a ordem democrática, designadamente contra o terrorismo, a criminalidade violenta ou altamente organizada” (Lei 53/2008, art.º 1.º n.º 3). Dentro dessas, encontramos no artigo 28.º a 34.º as diversas medidas que as polícias têm ao seu dispor para prosseguir essa missão, tanto no âmbito da prevenção através de fiscalizações e de autoridade para cessar atividades criminais associadas ao terrorismo e demais criminalidade violenta ou altamente organizada, como no âmbito da coerção através da utilização de diversos meios coercivos ao seu dispor.

No caso em concreto dos ataques realizados pelos atacantes ativos, tendo em conta as características do ataque e a sua natureza urgente no que diz respeito à cessação do mesmo, esta tipologia de ataques enquadra-se nos ITP’s, tal como já referido, sendo classificados como ITP’s graves, de acordo com a LSI:

Consideram-se incidentes tático-policiais graves, além dos que venham a ser classificados como tal pelos Ministros da Administração Interna e da Justiça, os que requeiram a intervenção conjunta e combinada de mais de uma força e serviço de segurança e que envolvam: a) Ataques a órgãos de soberania, estabelecimentos hospitalares, prisionais ou de ensino, infraestruturas destinadas ao abastecimento e satisfação de necessidades vitais da população, meios e vias de comunicação ou meios de transporte coletivo de passageiros e infraestruturas classificadas como infraestruturas nacionais críticas; b) O emprego de armas de fogo em circunstâncias em que se ponha em perigo a vida ou a integridade física de uma pluralidade de pessoas; c) A utilização de substâncias explosivas, incendiárias, nucleares, radiológicas, biológicas ou químicas; d) Sequestro ou tomada de reféns. (Lei 53/2008, art.º 18.º n.º 3).

Esta definição menciona a necessidade de uma atuação conjunta das várias entidades que promovem a segurança interna, elencadas no artigo 25.º e, para que tal seja devidamente executado, foi estabelecido o Plano de Coordenação, Controlo e Comando

Operacional das Forças e Serviços de Segurança (PCCOFSS), aprovado por Conselho de Ministros tal como referido na LSI, artigo 8.º, n.º 2, alínea c).

Por sua vez, uma outra definição de ITP é apresentada na Norma de Execução Permanente (NEP) N.º DN/AUOOS/DO/01/11 da PSP, onde é estabelecido que um ITP corresponde a uma “ocorrência inopinada e de carácter reativo, cuja natureza, características e resolução envolvam, por motivos diversos, o emprego de recursos que ultrapassem os quotidianamente utilizados”. À semelhança do exposto na LSI, também na presente NEP estes incidentes englobam as três grandes categorias apresentadas, sendo que a única diferença verificada é o facto de não existir a referência à cooperação policial entre as diversas entidades promotoras de segurança.

Nesta NEP está estipulada a forma de atuação policial para dar resposta a ITP's de uma forma geral, como no caso de tomada de reféns, criminalidade com armas de fogo, entre outros, onde as principais ações a tomar é a evacuação e contenção do local com o intuito de reduzir ao máximo as pessoas em perigo e impedir a entrada de mais civis para o local, o acionamento de elementos especializados e a neutralização do incidente.

Esse processo, tendo em conta os recursos materiais e humanos necessários, tenderá a ser um processo demorado, pelo que o principal objetivo do mesmo, para além de numa fase final ser o cessar dos acontecimentos, será garantir a segurança pública através do condicionamento e isolamento do incidente.

Tendo em conta a natureza da maioria dos ITP's, esse processo torna-se útil e o mais vantajoso, pois permite que elementos especializados tomem conta da situação e desenvolvam o seu papel na resolução da ocorrência.

Porém, aquando a ocorrência de um ITP com atacante ativo, por se tratar de um processo volátil e dinâmico, onde o principal objetivo do(s) atacante(s) será maximizar o número de mortes, a adoção de procedimentos comuns aos restantes ITP's poderá não ser o mais indicado. Como tal, contrariamente ao que ocorre com os restantes ITP's, a prioridade dos primeiros elementos a chegar ao local – *first responders* – não deverá ser a contenção e a retirada dos civis do local, mas sim a neutralização imediata da ameaça, devendo a resposta ser dada o mais rápida possível.

À semelhança da realidade portuguesa, nos Estados Unidos da América, ao comparar o antigo protocolo de criação de perímetros utilizados em todos os ITP's e o protocolo de resposta a este tipo de incidentes, de acordo com Linger (2018), “esta

alteração foi instituída em diversas jurisdições porque se acredita que um protocolo de resposta diminuiria o número de vítimas resultantes de um ataque ativo”.²

1.3. Definição de *soft targets*

Face à diversidade de tipologias de grupos terroristas, de ideologias e de objetivos existentes, também no que consta a alvos de ataques terroristas são vastas as escolhas dos terroristas para o desenvolvimento de um ataque.

A escolha de um alvo para um ataque terrorista, de acordo com o Departamento da Justiça dos EUA (2022), é determinada tendo em conta as características e motivações dos grupos terroristas, onde se englobam os objetivos, o tipo de conflito existente, as hipóteses de sucesso, a oposição existente ao grupo, a mensagem a transmitir, entre outros.

Leitão da Silva (2017) reforça também a ideia de que o terrorismo, para além de causar mortes, tem como principal objetivo difundir uma mensagem, existindo duas principais categorias de alvos que melhor se coadunam para a realização desses objetivos, os *soft targets* e os *hard targets*.

Os *soft targets*, por oposição aos *hard targets*, são definidos por Elias (2022) como:

qualquer espaço, instalação ou infraestrutura que careça de dispositivos de segurança robustos e que, por esse motivo, é fácil de atingir. [...], por oposição aos “*hard targets*” que possuem numerosas medidas de segurança que previnem e desmotivam ataques, (Hesterman, 2015, p.xiii) como sejam, instalações militares, policiais ou do Governo, bem como, infraestruturas críticas classificadas. (Elias, 2022, p. 261).

Por sua vez, o Guia de Boas Práticas do Escritório das Nações Unidas para o Combate ao Terrorismo (2022) define *soft targets* como locais de fácil acesso e abertos ao público, com poucas medidas de segurança, contrapondo-os com as infraestruturas

² Tradução livre do autor.

críticas, definidas como locais que geralmente se apresentam como locais vedados ao público e com fortes medidas de segurança. Este guia apresenta os *soft targets* como instalações interiores ou exteriores, temporárias ou permanentes, podendo ainda variar em tamanho, características físicas, localização, função e, geralmente, com elevada densidade populacional (Escritório das Nações Unidas para o Combate ao Terrorismo, 2022, p. 3).

Moreira (2022), afirma ainda que a elevada densidade populacional caracterizadora destes espaços apresenta ser, para a maioria dos autores, um dos principais interesses da atividade terrorista em *soft targets*.

Quanto aos tipos de locais que se poderão enquadrar como *soft targets*, nas palavras de Elias (2022), os *soft targets* abrangem “interfaces de transportes públicos, salas de espetáculos, escolas, locais de culto, hospitais, feiras e festas, zonas comerciais, concertos, eventos populares, zonas de interesse turístico”. Para além desses espaços, autores como Beňová (2019) acrescentam ainda locais e eventos como manifestações públicas, hotéis, bibliotecas, entre outros; em sùmula, qualquer local de aglomeração de pessoas, corroborando a ideia exposta por Moreira (2022).

Por sua vez, relacionando as motivações e ideologias terroristas com a escolha dos *soft targets* como alvos para a realização de ataques, existem várias teorias que tentam demonstrar que a evolução dos *modus operandi* terroristas, bem como das motivações por detrás dos ataques, tem gerado alterações nas escolhas dos seus alvos.

Como tal, atualmente, vários autores, tais como Gallagher (2017), Honig e Yahel (2017) e Post (2015), apresentam a possibilidade de acrescentar à teoria apresentada por Rapoport uma quinta vaga, tendo em conta o contexto global atualmente vivenciado. Embora apontando várias perspetivas, todas estas teorias baseiam-se em contextos atuais que acabam por gerar um padrão de atuação na maioria dos ataques terroristas.

Desta forma, uma das vertentes apresentadas foca-se na emergência de semi-Estados terroristas, tendo em conta os acontecimentos vivenciados na região do Médio Oriente e Norte de África (MENA). Honig e Yahel (2017) apresentam semi-Estados terroristas como grupos rebeldes que controlam porções de territórios de Estados, mantendo o governo sobre os mesmos, não sendo, porém, reconhecidos como Estados pelos demais, e realizam ataques contra outros Estados. Tal como os autores explanam, esta poderá constituir-se como uma nova vaga, pois cumpre com os padrões apontados

por Rapoport de ser um movimento ao nível global, os ataques serem dirigidos pelos mesmos princípios e objetivos e ainda ser significativamente diferente da vaga anterior, o que é facilmente verificável pela prioridade dada na conquista de território. Outros autores como Celso (2015), Emamqoli (2021), entre outros, estudam e suportam também esta ideia de associação de uma nova vaga de terrorismo à criação de semi-Estados na região MENA.

Para melhor entender essa realidade, estudar o debate existente entre a classificação do velho e o novo terrorismo permite-nos perceber as alterações que levam à categorização como uma nova vaga de terrorismo.

De acordo com os autores que defendem esta diferenciação, o velho terrorismo caracteriza-se como secular, sendo as principais motivações políticas. Por sua vez, o novo terrorismo tem na sua base motivações religiosas, principalmente associadas ao Islão (Duque, 2016).

Outra grande diferenciação entre estas duas tipologias de terrorismo, tem a ver com os alvos, sendo o velho terrorismo caracterizado por selecionar alvos de cariz político, quer sejam as infraestruturas dos órgãos políticos, das forças de segurança ou das forças armadas. Esta seleção teria como intuito, para além das motivações políticas inerentes, a contenção do número de vítimas para dessa forma não perder o apoio da população (Duque, 2016). Por sua vez, os alvos associados ao novo terrorismo, seriam selecionados tendo em vista a violência indiscriminada e desproporcional, de forma a atingir o máximo de vítimas e causar o máximo de dano possível, sendo os locais mais lotados os preferenciados (Duque, 2016).

Por fim, é ainda vinculado ao novo terrorismo um caráter internacional, garantido pela capacidade de os grupos terroristas manterem células ativas em diversos países, utilizando meios tecnológicos como principal meio de recrutamento (Duque, 2016).

Através desta distinção entre novo e velho terrorismo, é ainda possível destacar outra teoria que defende a existência de uma quinta vaga de terrorismo, focando-se esta no terrorismo por lobo solitário.

Vários autores defendem a proliferação dos ataques realizados por estes atacantes como a nova vaga de terrorismo. Autores como Gallagher (2017) e Post (2015) afirmam que o aumento deste tipo de ataques advém da capacidade de recrutamento por meios tecnológicos, isto é, através da *internet*.

Os lobos solitários costumam possuir em comum uma ou mais das seguintes características que os tornam potenciais protagonistas de um ataque terrorista: ter uma mágoa ou indignação moral face a algo no seu contexto social; identificarem-se com alguma ideologia de um grupo terrorista; existir uma dependência de uma comunidade virtual encontrada na *internet*, normalmente com as mesmas características; frustração com objetivos pessoais ou profissionais; exclusão social; entre outros (Meloy & Yakeley, 2014).

A radicalização dos lobos solitários, de acordo com Hamm e Spaaij (2017), baseia-se nas crenças e ideologias geradas e propagadas por movimentos extremistas, existindo facilitadores que impulsionam os lobos solitários a realizar os seus ataques.

Dentro desses facilitadores, pode-se distinguir os facilitadores diretos, ou seja, os indivíduos que instigam diretamente o planeamento de um ataque, e os facilitadores indiretos, que, apesar de não se dirigirem diretamente às pessoas, são caracterizados pela inspiração que os lobos solitários retiram do seu discurso, sendo considerados heróis nas suas realidades, como Osama Bin Laden, Anwar Al-Awlaki, William Pierce, Timothy McVeigh, e Alex Jones (Hamm e Spaaij, 2017).

Ainda no que concerne à radicalização, Spaaij (2012) afirma que, embora estes indivíduos sejam solitários e atuem sem qualquer hierarquia ou comando de entidades externas, as suas ações e a justificação para as mesmas têm origem na “exposição a ideologias que justificam o terrorismo, sendo estas o ingrediente chave na mistura de experiências e aprendizagens pessoais que levam a um compromisso com o terrorismo”³ (Spaij, 2012, p. 49). Essa exposição é facilitada através do acesso a informação divulgada na *internet*, permitindo a obtenção de todo o tipo de conteúdo, auxiliando na radicalização de indivíduos que se identificam com os ideais de certos grupos extremistas. De acordo com Zeman, Bren e Urban (2017), a disseminação de informação através da *internet* contribui significativamente (podendo ser a principal forma) para a radicalização.

Como tal, muitos autores questionam se a nomenclatura utilizada será a mais adequada, uma vez que, na verdade, estes atores não se encontram verdadeiramente isolados, na medida em que “a *Internet* é um ponto chave no encaminhamento destes

³ Tradução livre do autor.

indivíduos para transformar as suas ideias em ações, através da interação com indivíduos com os mesmos ideais com quem não têm contacto direto” (Gallaher, 2016)⁴.

Segundo Brynielsson *et al.* (2012), os lobos solitários têm a especial característica de se constituírem como uma ameaça difícil de detetar aliado ao facto de utilizarem a tecnologia como recurso para a realização de atividades potencialmente mais perigosas do que o terrorismo das vagas anteriores. Isto, pois as fontes eletrónicas permitem obter as informações e instruções técnicas necessárias sobre como construir e utilizar armas e outros meios, tornando a realização de ataques muito mais facilitada nos dias que correm.

Como tal, “o terrorismo perpetrado por lobos solitários é considerado como uma tendência suscetível de persistir ou até aumentar, representando uma ameaça crescente” (Ricardo, 2022, p.14).

Para corroborar essa posição, a EUROPOL, através do *European Union Terrorism Situation and Trend Report 2022 (TE-SAT)*, afirma que os lobos solitários associados a ataques, tanto jihadistas como de extrema direita, continuam a ser a principal ameaça relacionada com terrorismo em toda a União Europeia, sendo que o acesso a sistemas informáticos continua a ser o maior facilitador no que concerne à radicalização e à propaganda terrorista. Segundo a EUROPOL (2022), “A ameaça do terrorismo jihadista na UE é a mais provável de se materializar em ataques realizados por atacantes solitários”⁵

Segundo o Parlamento Europeu (2022), a ameaça terrorista na Europa não deixou de crescer significativamente nas últimas duas décadas, sendo grupos associados a ideologias jihadistas os principais a expandir a sua influência e importância. De acordo com o *Global Terrorism Index 2022 (GTI)*, desde 2007, 61% dos ataques realizados nos países ocidentais são atribuídos a terrorismo de carácter religioso e 30% a grupos de extrema direita. Estas estatísticas, associadas ao facto de que grande parte dos ataques atribuídos a grupos ou indivíduos de extrema-direita e islâmicos foram realizados por indivíduos não afiliados a grupos, permite-nos perceber a relevância que os lobos solitários têm na atualidade.

Por sua vez, quanto às metodologias existentes para executar um ataque terrorista, são inúmeras as hipóteses e os tipos de ataques que se poderão realizar. Assim, Santifort,

⁴ Tradução livre do autor.

⁵ Tradução livre do autor.

Sandler e Brandt (2012), apresentam no seu estudo as seguintes quatro grandes tipologias de ataques: ataques bombistas, ataques armados, eventos com reféns e assassinatos. Dentro de cada uma destas categorias, poderão estar enquadradas diversas formas de atuação, destacando-se o atacante ativo (*active shooter*).

Os *active shooter* são considerados pelo *Federal Bureau of Investigation* (FBI) como indivíduos ativamente focado em matar ou tentar matar pessoas numa determinada área com elevada concentração populacional. O conceito de *active shooter* deixa desde logo implícito a utilização de armas de fogo na execução destes atos, pelo que terá sido transposto este conceito para atacante ativo para abarcar diversos ataques que poderão ser realizados com armas brancas ou outros tipos de dispositivos, possuindo ainda os mesmos objetivos.

Desta forma, neste estudo pretende-se abordar o conceito de atacante ativo tendo em conta a definição apresentada pelo FBI, abrangendo todas as tipologias de ataque que tenham na sua execução os objetivos descritos, independentemente do tipo de arma utilizado. Como tal, é possível elencar duas tipologias diferentes de atacantes ativos, sendo essas os lobos solitários, já supramencionados, e os assassinos ativos.

Os assassinos ativos, de acordo Silver, Horgan e Gill (2018), distinguem-se dos lobos solitários no que diz respeito às motivações, sendo muitas vezes confundidos. Constituindo-se ambos como elementos isolados, não afiliados expressamente a um grupo terrorista e que têm ainda em comum o cometimento de violência maioritariamente em espaços públicos ou de acesso ao público, os assassinos ativos têm as suas ações fundamentadas em motivações pessoais, como o ódio, a raiva ou a vingança, sendo que não deverão ser confundidos com os lobos solitários que incluem atores que tenham como base fundamentações políticas ou religiosas, inspirações de ideologias provenientes de fontes externas, de terceiros.

Por sua vez, uma das principais características dos assassinos ativos é o facto de não estarem preocupados com a sua própria vida, sendo que, maioritariamente, costumam querer acabar com a sua vida ou o sofrimento que passam, mas apenas após se vingarem de quem causou esse sofrimento (Duwe, 2019).

Os ataques conduzidos por atacantes ativos, sendo por lobos solitários ou assassinos ativos, são tratados na realidade portuguesa como incidentes tático-policiais (ITP). Essa designação encontra-se na Lei de Segurança Interna (LSI), sendo descrito

que são ITP's por serem ações conduzidas por indivíduos que atuam com o intuito de colocar em perigo a vida ou integridade física de uma pluralidade de pessoas.

Estes atacantes, muitas vezes vinculam a sua atuação em função do estudo dos seus alvos e da escolha destes com base nas vulnerabilidades que apresentam, quer seja pela falta de medidas de segurança, da capacidade de causar danos que o local possibilita, ou pelo mediatismo e impacto que as ações dos atacantes poderão ter.

Assim essas características, comumente atribuídas aos *soft targets*, levam a que, segundo Hesterman (2018), existam motivações que conduzem à escolha cada vez mais regular deste tipo de alvos, tais como:

- Facilidade ao nível financeiro e de consumo de tempo no planeamento dos ataques;
- Probabilidades elevadas de sucesso se comparado com um *hard target*;
- Reconhecimento do atacante dentro do grupo;
- Valor de recrutamento, onde os simpatizantes têm maior probabilidade de se juntar a um grupo que alcance os seus objetivos;
- Demonstração da existência e atividade do grupo;
- Otimização de recursos, caso não existam recursos suficientes para atacar um *hard target*, a priorização de um *soft target* torna-se mais viável;
- Possibilidade de testar novas estratégias, táticas ou armas;
- Retirar legitimidade aos governos e causar instabilidade política;
- Tornar um Estado fraco ao nível internacional;
- Obter atenção da comunicação social ao nível mundial; ou
- Criar insegurança afetando psicologicamente as populações.

Estes fatores tornam os *soft targets* alvos mais atrativos para grupos terroristas ou atacantes ativos, uma vez que numa lógica de custo-benefício, o esforço que por eles é exercido face aos potenciais ganhos poderá ser muito mais vantajoso do que a implementação dos mesmos meios para um ataque a um *hard target*.

Porém, nem sempre os *soft targets* são a opção que os grupos terroristas consideram mais correta, isto pois, tal como evidência Polo (2020), certos grupos que procuram o apoio da população local poderão estar a boicotar os seus próprios objetivos, tendo em conta que ataques a *soft targets* vão causar os danos principais a civis e infraestruturas que eles necessitam/usufruem. Como tal, é importante conhecer os

indivíduos por detrás do planeamento de um ataque terrorista e quais as suas ideologias e objetivos, para melhor prever quais os seus alvos prediletos.

No caso dos lobos solitários, a diversidade de ideologias que estes adotam dificulta a possibilidade de estudar e prever os seus ataques, porém, é também devido a essas circunstâncias que se torna importante estudar e entender o modo de atuação destes indivíduos (Becker, 2014). Por sua vez, Bakker e Graaf (2010), acrescentam que a atividade dos lobos solitários se regista como difícil de prever uma vez que existe pouco contacto entre estes e entidades externas e que qualquer pessoa poderá apresentar-se como um lobo solitário.

A atratividade, tal como referem Lapkova, Kotek e Kralik (2018), é um importante ponto a ter em consideração aquando do garante da segurança contra ataques deste género. Como tal, para analisar a atratividade de certos locais para um possível ataque terrorista, existem diversos métodos elaborados pelos mais distintos autores e organizações, de entre os quais, o *European Forum for Urban Security*, que através de um programa designado *Public Resilience using TEchnology to Counter Terrorism* (PRoRECT), apresenta uma matriz que permite analisar e categorizar os diversos sítios de acordo com as características do local, as medidas de segurança existentes no local, os cenários que poderão resultar por tipo de ameaça e, por fim, as consequências associadas a cada cenário e a probabilidade de as mesmas acontecerem.

Por sua vez, de acordo com o Comité de Contraterrorismo da Austrália e Nova Zelândia, referido por Moreira (2022), são acrescidos vários outros fatores a considerar na avaliação da atratividade dos *soft targets*, nomeadamente:

- i) o simbolismo da localização, se é um ícone histórico, religioso, cultural ou político; ii) a atração da localização e a alocação de público a qualquer momento do ano; iii) o acesso do público ao local numa base específica; iv) a densidade elevada de pessoas no local; v) a importância social do local ou evento para a nação ou Estado; vi) a influência no impacto económico para o Estado com interrupção no funcionamento deste local ou evento e; vii) o tipo de proteção/segurança presente no local (física, tecnológica ou humana) para a prevenção e controlo a um potencial ataque terrorista. (Moreira, 2022, p. 6)

Estas matrizes têm o principal objetivo de fornecer ferramentas às autoridades locais para conseguir detetar quais os locais mais suscetíveis de serem alvos de ataques terroristas e, posteriormente, apostar na prevenção situacional como meio de combater o terrorismo, através da implementação de medidas que contribuam para dificultar a ação terrorista e, assim, dissuadir os atacantes de realizar os ataques.

Em suma, o reconhecimento dos principais alvos e das suas vulnerabilidades é um processo fundamental para se poder prevenir um ataque, tratando-se a avaliação da atratividade de um *soft target* um procedimento realizado não só pelas autoridades locais, mas também pelos atacantes que pretendem obter o máximo de retorno possível no que da sua perspetiva se consagra como um atacante bem-sucedido.

Desta forma, sendo importante o conhecimento dos objetivos e das causas que levam os atacantes a planear e executar um ataque, também as vulnerabilidades de um alvo são importantes na medida em que a preferência por um alvo poderá ser justificada pela facilidade de execução do ataque, pelo que o estudo desses fatores é algo fundamental para o planeamento e segurança dos *soft targets*.

Capítulo II – A ameaça a *Soft Targets*

Conhecida a relevância que os *soft targets* têm ganho no âmbito dos ataques terroristas, para se proceder à avaliação do seu grau de atratividade para um atacante, é necessário conhecer como se poderão constituir as ameaças a estes alvos.

2.1. A ameaça

Assim, de acordo com Luís Fiães Fernandes (2014, p. 18), podemos caracterizar a ameaça como o “acontecimento que pode degradar o potencial existente ou alterar um determinado *status quo*”. Hans Günter Brauch (2011) apresenta no seu estudo uma definição de ameaça no âmbito da segurança, sugerindo duas vertentes. Numa primeira, como sendo uma ação ou conjunto de ações que põem em causa drasticamente e, num curto espaço de tempo, podem degradar a qualidade de vida dos habitantes de um determinado Estado, e ainda numa segunda conceção, a capacidade de afetar significativamente a tomada de decisões políticas de entidades públicas ou privadas dentro de um Estado.

Encontramos, portanto, como ameaça, todas as ações que poderão pôr em causa a vida da população através de ataques diretos à mesma ou ataques a instituições democráticas, impossibilitando o exercer de funções das mesmas. Porém, esta definição torna-se ainda muito vaga, não se apresentando como se produz, efetivamente, uma ameaça. Para isso, é necessário abordar quais os fatores que poderão interferir na formulação de uma ação como ameaça.

Assim, segundo Fiães Fernandes (2014), a ameaça decorre da conjugação das intenções e possibilidades de certo ator, relacionando-as com fatores como as motivações; o valor do alvo; os valores em jogo; o espaço e o tempo. A análise desses fatores, permite-nos criar graus de ameaça, que servem para agrupar diferentes ameaças consoante as suas consequências.

Aplicando essa análise aos locais turísticos, pelas suas características específicas, a atratividade destas áreas leva a que as mesmas se destaquem como infraestruturas com grande incidência de ameaças terroristas, tornando-se um alvo para distintos indivíduos ou grupos terroristas.

Tome-se o exemplo do atentado realizado na maratona de Boston que, no dia 15 de abril de 2013, com a utilização de explosivos artesanais por parte de apenas dois indivíduos provocou a morte de três espectadores e feriu 264 (Clark *et al.*, 2020). Neste caso, tal como informam Clark, Doyle e Stancanelli (2020), um evento onde se encontram 23.413 atletas e mais de um milhão de espectadores acaba por gerar grande atratividade e, por conseguinte, tornar-se um possível alvo de um ataque.

Porém, apesar de todos os fatores apresentados, de acordo com Fiães Fernandes (2014), na realidade policial, a avaliação da ameaça não é suficiente para poder ser utilizada na análise e ação policial, uma vez que se impossibilita a proteção permanente de todos os potenciais alvos e ainda de se obter soluções permanentes para todos os problemas relacionados com a ordem e a segurança públicas.

Como tal, na gestão de segurança torna-se necessário “os decisores recorrem ao risco, enquanto incerteza mensurável (Knight, 1921), ao qual é possível atribuir probabilidades de ocorrência futura.” (Fiães Fernandes, 2014, p. 22).

2.2. Riscos

De acordo com Beck (2011), o risco desenvolve-se como “um conceito moderno, ele pressupõe decisões humanas, futuros humanamente produzidos”, afastando desta definição acontecimentos como os desastres naturais, a que o mesmo atribui a sua origem a Deus ou à natureza, ou noutras palavras, ao acaso, sem qualquer intenção ou ação humana.

Por sua vez, Hoogeveen *et al.* (2004), afirmam que existem dois tipos de risco, os riscos naturais e os riscos humanos, sendo a diferenciação dos mesmos a existência de atividade humana.

Independentemente das perspetivas adotadas, tal como Hoogeveen *et al.* (2004) afirmam, o principal fator de debate coloca-se na dificuldade de efetuar a categorização do risco e identificar aqueles que se consideram os riscos mais graves. Isto deve-se à frequência com que os mesmos poderão acontecer, nos setores sociais, económicos ou políticos que interferem, às consequências que os mesmos poderão vir a ter, entre outros.

Para tentar colmatar essa dificuldade, são criados vários métodos para se poder avaliar o risco nas várias circunstâncias e cenários previstos, abrangendo todas as

possibilidades existentes e, por conseguinte, todas as ciências e métodos de análise a elas associadas, sendo que, “o risco deve ser, deste modo, considerado como uma noção compósita, integrando a perigosidade e intensidade do fenómeno que o desencadeia e concretiza e a vulnerabilidade do contexto em que ocorre” (Lourenço, 2019, p. 214).

Beck (2018), apoia também essa necessidade de criar métodos que permitam calcular efetivamente o nível do risco, afirmando que esse cálculo poderá ser aplicado aos mais díspares fenómenos, quer seja na gestão da saúde, bem como riscos económicos, riscos do desemprego, de envelhecimento, acidentes de viação, ou qualquer temática quer seja nas ciências naturais, técnicas ou sociais.

Como tal, Fiães Fernandes (2014), define um modelo de avaliação do nível do risco, afirmando que o nível do risco pode ser calculado através da probabilidade de materialização de uma ameaça específica, explorando as vulnerabilidades de um certo ativo e das consequências da concretização dessa ameaça num determinado contexto (espaço e tempo concretos). O autor define ainda que dentro desse cálculo deverá ser sempre tido em conta o fator que engloba as incertezas e imprevisibilidades inerentes, pelo que não pode tomar como certo o conhecimento de todos os fatores que poderão impactar nas vulnerabilidades e consequências da concretização da ameaça.

Para tornar mais perceptível o modelo apresentado, o autor constrói um modelo simplificado da avaliação do nível do risco (Figura 1), onde é visível não apenas o modelo descrito, mas ainda como o grau de ameaça se relaciona com o nível de risco e como todos os fatores estão dependentes do contexto em questão.

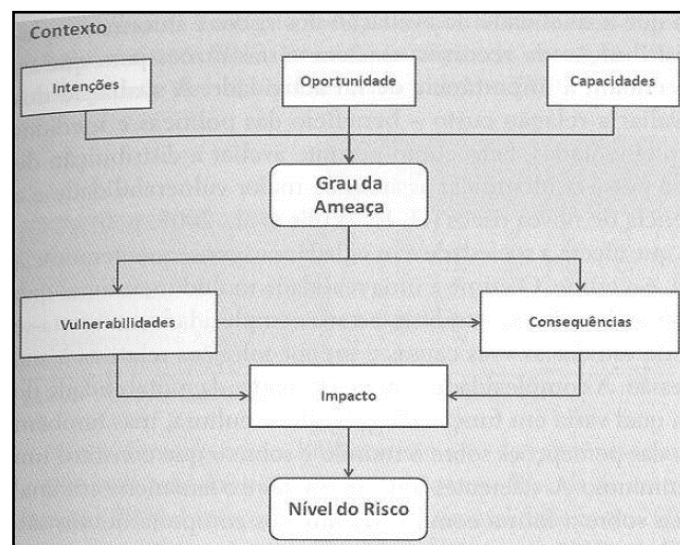


Figura 1 - Modelo simplificado da avaliação do nível do risco

Nota: Figura adaptada de “Intelligence e Segurança Interna”, de Luís Fiães Fernandes, 2014.

Após o cálculo do nível do risco, a avaliação do risco torna-se útil para auxiliar os decisores a criar uma relação de custo-benefício das políticas de segurança a implementar e a tomar decisão no âmbito da segurança com base em métodos estruturados. Além disso, é ainda útil esta análise no âmbito da avaliação da distribuição de recursos, conhecimento das maiores vulnerabilidades e a possível emergência de novos riscos (Willis *et al.*, 2005, p. 6-7).

Assim, para tornar todas essas tomadas de decisão possível, é necessário conhecer as vulnerabilidades vigentes e como as mesmas poderão ter relevância, ou não, para a avaliação do nível de risco para o contexto em causa.

2.3. Vulnerabilidades

As vulnerabilidades, de acordo com O’Riordan (*as cited in Brauch, 2011*), ao nível sociológico, são definidas como a incapacidade de evitar o perigo ou de não estar informado de potenciais ameaças, ou ainda estar politicamente incapaz e desgastado, levando à necessidade de viver em condições de perigo.

Paralelamente, Nathan (*as cited in Brauch, 2011*), afirma que as vulnerabilidades são caracterizadas como um complexo processo que engloba múltiplas dimensões interligadas, sendo estas muito influenciadas pelo contexto, podendo dois sujeitos idênticos estar vulneráveis em diferentes níveis.

Por sua vez, Hesterman (2017), afirma que a primeira ação que se poderá realizar para compreender e abordar de forma adequada as ameaças, é examinar e estudar as vulnerabilidades a que estamos expostos.

Como tal, Hesterman (2017) ressalva que focar demasiado os acontecimentos no passado e focar a análise nos mesmos com o intuito de prever ações futuras poderá ser uma limitação à compreensão das reais vulnerabilidades, uma vez que não se deverá subestimar a criatividade e imprevisibilidade do “inimigo”. Para melhor explicar a sua perspetiva, Hesterman (2017) desenvolve a teoria dos cisnes negros como uma metáfora que descreve a existência de eventos considerados impossíveis de acontecer, caracterizando-os como a combinação de uma baixa previsibilidade com a obtenção de um grande impacto aquando da sua ocorrência.

Esta teoria é utilizada para justificar e criticar a dificuldade que os países ocidentais têm em prever e indicar os *soft targets* como possíveis alvos vulneráveis, uma vez que a linha de pensamento está ainda muito enraizada em questões históricas e culturais, tendencialmente direcionadas para a ocorrência de ataques apenas em situações de guerra ou a esta associadas (Hesterman, 2017).

Por sua vez, podemos ainda observar que, de acordo com vários autores (Abrahms, Ward & Kennedy, 2018; Goodwin, 2006; Kurtulus, 2011), os locais turísticos têm características que os tornam mais atrativos e vulneráveis a ataques terroristas. Além disso, também os locais de culto continuam a ser um dos maiores alvos para ações terroristas, sendo estes também alvos vulneráveis a ter em atenção devido à sua facilidade de acesso (Perliger, 2020; Ahmed, 2018).

Face ao exposto, considerando a área em análise por este estudo, enquadrando locais de culto, mas também uma grande área turística e de diversão noturna, este estudo tentará revelar quais as vulnerabilidades presentes nessa área que, devido às suas características, poderão apresentar-se como potenciais alvos terroristas cujas consequências de um ataque poderão ser muito negativas.

Capítulo III – Área do Bairro Alto como *Soft Target*

3.1. A realidade Europeia e Norte Americana

Atualmente, os espaços públicos ou abertos ao público, dentro das áreas urbanas e em Estados que não se encontrem em situações bélicas, constituem-se como os locais que enfrentam maiores ameaças. Este facto é corroborado através do número crescente de ataques terroristas que têm vindo a ser perpetrados em áreas de elevada circulação e aglomeração de pessoas e, paralelamente, com baixos níveis de segurança (Hofreiter *et al.*, 2020).

Um exemplo desse crescimento foi o conjunto de vários ataques terroristas realizados em 2015 e 2016 em França, num período pouco superior a um ano.

Assim, entre 7 e 9 de janeiro de 2015, 17 pessoas foram mortas em Paris, em dois espaços diferentes: na sede do jornal *Charlie Hebdo* e numa loja de produtos alimentares judaica com o recurso a armas de fogo (Brouard, *et al.*, 2018).

Em novembro do mesmo ano, também em Paris, foi realizada uma série de ataques coordenados e interligados (considerados por Brouard, Vasilopoulos e Foucault (2018) como os ataques mais mortíferos da história no pós-guerra do país) a bares, restaurantes, a um estádio de futebol e a uma sala de espetáculos durante um concerto, causando a morte de 130 pessoas e ferindo mais de 200.

Por fim, em julho de 2016, em Nice, registou-se ainda a atuação de um atacante solitário que, através da condução de um veículo motorizado diretamente contra uma multidão, causou 86 mortos e mais de 400 feridos (Brouard, *et al.*, 2018).

De notar que em todas estas ocorrências, os alvos escolhidos apresentavam-se como locais com grande aglomeração populacional e com reduzidas medidas de segurança físicas, enquadrando-se a maioria na classificação de *soft targets*, previamente apresentada.

Por sua vez, ao nível estatístico, essa perspetiva de crescimento pode ser verificável através do número de ataques que tem vindo a ser perpetrados fora de contexto bélico, já que, de acordo com a *Global Terrorism Database* (GTD), de 2004 a 2020, na

Europa, o número de ataques passa de aproximadamente 100 para mais de 300, tal como visível no Anexo IV, sendo as principais formas de ataque os ataques a infraestruturas, o ataque com bombas ou explosivos e os ataques com armas de fogo (Anexo V).

Por sua vez, no caso dos EUA, esta realidade torna-se ainda mais visível, sendo que, através da mesma base de dados, pode-se aferir que nesse período de tempo os ataques aumentam quase dez vezes relativamente aos registados em 2004 (Anexo VI), sendo que, à semelhança dos ataques na Europa, também aqui se verifica que as principais tipologias são os ataques a infraestruturas e os ataques com armas de fogo (Anexo VII).⁶

Paralelamente, no que concerne à UE, dividindo os ataques verificados de acordo com as motivações a eles associadas (Anexo VIII e Anexo IX), é possível verificar que atualmente, de acordo com a EUROPOL (2022), a principal tipologia de ataques terroristas verificada em 2021 é a associada a ideologias jihadistas e religiosas, dando lugar aos ataques separatistas que têm vindo a ser predominantes desde 2010.

Tendo esses dados em consideração, podemos constatar a relevância que esta temática tem vindo a ter, sendo os *soft targets* alvos cada vez mais apelativos para a concretização de ataques terroristas, carecendo estes da segurança necessária para contrariar este tipo de eventos.

3.2. O contexto da área do Bairro Alto

Portugal, não é exceção no que a esta matéria diz respeito. Embora até à atualidade não se terem registado eventos de grande relevância, a ameaça pendente a infraestruturas e a áreas de grande movimento populacional não pode ser posta de lado, sendo essa a motivação que leva à escolha da área do Bairro Alto como objeto de estudo.

A área do Bairro Alto constitui-se como uma das principais atrações turísticas de Lisboa, sendo o bairro mais boémio da capital portuguesa e, por outro lado, tem um vasto conjunto de atrações turísticas também durante o dia, compreendendo diversos

⁶ No âmbito da recolha destes dados, vários critérios foram estabelecidos, sendo apenas contabilizados os ataques que tivessem objetivos políticos, económicos, religiosos ou sociais (critério 1), os ataques que tivessem a intenção de coagir, intimidar ou transmitir uma mensagem a um alvo maior do que as vítimas (critério 2) e os ataques fora do contexto bélico (critério 3); critérios estipulados pela GTD.

miradouros, museus, igrejas, entre outros, tal como explica o *website* “turista profissional”.

Desta forma, tendo em conta a grande densidade populacional que se verifica na área em determinadas horas do dia e da noite, o facto de compreender não só uma área de comércio e de diversão noturna bastante movimentada e conhecida durante todo o ano, mas ainda diversos locais de culto, como é o caso das Igrejas de Nossa Senhora do Loreto dos Italianos, de Nossa Senhora da Encarnação e de São Roque, locais de turismo como o museu de São Roque, a Praça Luís de Camões e, em termos gerais, toda a área de diversão noturna, a área do Bairro Alto (Anexo III) apresenta um grande impacto naquilo que é a economia local, bem como o valor histórico secular e simbólico, atendendo à associação que se faz do Bairro Alto com a própria cidade de Lisboa, sendo um dos pontos de passagem mais comuns para os turistas.

Tendo todos essas variáveis em consideração, a área descrita poderá materializar-se como um alvo de elevado valor para determinadas ações terroristas, por se tratar de uma zona de fácil acesso e que se enquadra na maioria das motivações supramencionadas e apresentadas por Hesterman (2018), como, por exemplo, a baixa exigência de recursos necessários para criar danos elevados e gerar grande impacto; o mediatismo associado tendo em conta a relevância da área; a instabilidade que poderia causar na segurança, uma vez que seria um ataque completamente novo e revolucionário no contexto securitário português, entre outras.

Para acrescer a esses factos, consoante o site Turismo de Portugal (2023), pertencente ao Ministério da Economia e do Mar, no ano de 2022, na Área Metropolitana de Lisboa, registaram-se um total de aproximadamente 7.700 milhares de hóspedes, nacionais e estrangeiros, o que se apresenta como cerca de 29% relativamente a todo o território nacional, tal como visível através do Anexo X. A estes dados, acresce que de entre os hóspedes da Área Metropolitana de Lisboa, 71% são provenientes do estrangeiro, o que nos leva a perceber a dimensão que o turismo internacional tem na capital portuguesa.

Estes valores são relevantes no âmbito do nosso estudo, uma vez que, tal como refere Baumert (2016), o setor turístico é um dos mais relevantes no âmbito da economia global. No que consta à economia nacional, esse facto é também uma realidade tendo o peso do turismo na economia nacional mantido um valor compreendido entre 6,6% e 11,8% (Anexo XI), tal como referido pelo Instituto Nacional de Estatística (2022), no

relatório “Estatísticas do Turismo 2021”, mesmo durante o período da pandemia causada pelo vírus SARS-CoV-2.

Como tal, o turismo “converteu-se num alvo preferível para os grupos terroristas que não só procuram causar danos pessoais e materiais, mas também a erosão económica dos seus supostos inimigos”⁷ (Baumert, 2016, p. 66).

Outra peculiaridade do Bairro Alto é o facto de ter sido o primeiro local ao nível nacional onde foi implementado um sistema de videovigilância em locais públicos, desde 2014, tendo a Lei n.º 1/2005, de 10 de janeiro, sido criada para definir os modos de implementação e as finalidades deste tipo de sistemas.

Assim, de acordo com a Lei n.º 1/2005, a utilização de sistemas de vigilância por câmaras de vídeo para captação e gravação de imagens e som é da estrita competência da força de segurança com jurisdição na área de captação ou o serviço de segurança requerente, tendo estes sistemas como finalidade a proteção de edifícios e instalações públicos e respetivos acessos; a proteção de instalações com interesse para a defesa nacional e a proteção da segurança das pessoas e bens, públicos ou privados, e prevenção da prática de crimes em locais em que exista razoável risco da sua ocorrência, tal como referido no artigo 2.º da presente Lei.

Na área do Bairro Alto, o sistema de videovigilância foi autorizado através do Despacho 27484/2009, de 23 de dezembro, tendo entrado em funcionamento em 22 de maio de 2014, sendo neste despacho mencionadas e asseguradas todas as normas estipuladas pela Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd) e as finalidades explanadas na Lei n.º 1/2005, dentro das quais se destaca a proteção das pessoas e bens, públicos ou privados e a prevenção da prática de crimes. Esta autorização, veio posteriormente a ser renovada através dos Despachos n.º 14239/2014, de 26 de novembro; n.º 1111/2017, de 18 de janeiro; n.º 11553/2018, de 13 de novembro; n.º 10783/2020, de 3 de novembro e n.º 12782/2022 de 4 de novembro, estando este último atualmente em vigor.

De acordo com o Despacho n.º 12782/2022, este sistema de videovigilância encontra-se em funcionamento ininterruptamente, vinte e quatro horas por dia, encontrando-se os equipamentos de vigilância montados em toda a área do Bairro Alto, tal como exposto no Anexo XII, sendo a captação e gravação de som efetuadas apenas

⁷ Tradução livre do autor.

quando se verifique uma situação de perigo concreto para a segurança de pessoas e bens, estando a gestão do sistema sob a responsabilidade da PSP.

Todos estes fatores levam à necessidade de perceber quais as vulnerabilidades existentes na área do Bairro Alto e qual o nível de preparação dos agentes que atuam para garantir a segurança, isto é, se as medidas existentes são suficientes para a prevenção e, em caso de ocorrência de ataque, para reação, e ainda quais os pontos suscetíveis de melhorias no âmbito do terrorismo e de possível implementação na área em apreço.

Capítulo IV – Método

De acordo com Thiago Mazucato (2018), o método é uma das partes basilares para a construção de conhecimento científico, constituindo-se como a linha de raciocínio que irá fundamentar todo o processo de investigação. Por outras palavras, “O método é a estratégia da ação, indica o que fazer.” (Leão, 2016, as cited in Mazucato, T., 2018).

Desta forma, de acordo com o pensamento de Marconi e Lakatos (2017), o método apresenta-se como o conjunto de etapas e procedimentos, sistemáticos e racionais, que levam à produção de conhecimento válido e verdadeiro de forma mais segura, traçando o caminho a ser seguido.

Segundo Singh (2006), esse conjunto de etapas e procedimentos, pode ser dividido e integrado em seis fases que constituirão o processo da pesquisa e de obtenção de conhecimento científico, sendo essas fases a 1) seleção do problema; 2) a formulação das hipóteses; 3) a estruturação da pesquisa; 4) a recolha de dados; 5) a análise dos dados recolhidos e 6) a formulação de conclusões.

A presente investigação sustentar-se-á numa metodologia qualitativa, por a mesma se focar na busca do conhecimento através da interpretação da perspectiva da população associada ao objeto de estudo (Vieira, 2008). A pesquisa qualitativa desenvolve a sua obtenção de dados através de vários métodos como a entrevista, a observação direta, a análise de textos e documentos, entre outros (Vieira, 2008).

No nosso estudo, irá ser utilizada a entrevista como meio de recolha de dados, que permite a livre expressão dos participantes para transmitirem o seu conhecimento livremente, sem serem influenciados nem limitados por questões metodológicas, sociais, culturais, entre outras.

4.1. Participantes

Em investigações que privilegiam o método qualitativo, a fidelidade e objetividade da investigação são cruciais, sendo assegurados através da validade e confiabilidade das observações (Júnior *et al.*, 2011). Desta forma, o papel dos participantes revela-se de grande significância uma vez que são estes que, enquanto entrevistados, são os emissores da informação a ser recolhida e posteriormente tratada.

Como tal, é necessário ter em conta as razões que levam à escolha dos participantes, devendo essa seleção ser racional e justificada, tendo sempre em conta que os participantes deverão estar relacionados e familiarizados com o tema em causa (Adhabi & Anozie, 2017). Assim, na nossa investigação todos os participantes foram selecionados tendo em conta o elevado conhecimento que os mesmos possuem sobre terrorismo ou sobre a área e as infraestruturas pertencentes à zona do Bairro Alto.

Os participantes selecionados enquadram-se em dois perfis diferentes, 1) os participantes policiais e 2) os participantes civis, sendo esta distinção relevante para entender as diferentes posições dos indivíduos associados à manutenção e gestão da segurança na área do Bairro Alto.

A inclusão de diferentes atores torna-se importante uma vez que, tal como o Departamento de Segurança Interna dos Estados Unidos (2018) sugere, a segurança dos *soft targets* não é de competência exclusiva, mas sim partilhada entre várias partes que têm um papel ativo no garante da segurança, entre as quais, o governo, as empresas de segurança privada, os dirigentes das infraestruturas associadas, e ainda o público em geral, tal como é visível através da Figura 2.



Figura 2 - Responsáveis pela segurança de Soft Targets

Nota: Figura adaptada de “*Soft Targets and Crowded Places Security Plan Overview*” do Departamento de Segurança Interna dos Estados Unidos, 2018. página 2

Quanto ao primeiro perfil, foram selecionados os Comandantes e o Chefe da Área Operacional da 1.ª Divisão Policial do COMETLIS, já que são estes quem melhor tem conhecimento da área e das suas problemáticas ao nível securitário. Esse critério foi ainda

seguido para eleger os elementos pertencentes à 3.^a Esquadra (Bairro Alto), dando-se preferência à escolha dos elementos que mais tempo têm de serviço na área. Ainda no que concerne aos participantes policiais, foram selecionados quatro oficiais da Polícia de Segurança Pública com especial conhecimento associado à temática do terrorismo.

Por sua vez, os participantes civis entrevistados foram selecionados pela sua qualidade de dirigentes ou de coordenadores de segurança de infraestruturas consideradas relevantes pela potencialidade de serem alvo de ações terroristas, nomeadamente, da Igreja de S. Roque e respetivo museu; da Igreja de Nossa Senhora do Loreto dos Italianos e da Igreja da Nossa Senhora da Encarnação.

4.2. Corpus

De acordo com Cavalcante, Calixto e Pinheiro (2014), “a constituição do corpus é a tarefa que diz respeito à constituição do universo estudado”, ressaltando o autor a necessidade de se verificar os critérios da exaustividade da análise do texto, da homogeneidade dos dados selecionados, da exclusividade na categorização dos dados, da objetividade da codificação dos dados e da adequação ao tema de estudo. Desta forma, tendo em conta as características do nosso estudo, tratando-se da recolha de dados a utilização de entrevistas, “elas são transcritas e a sua reunião constituirá o corpus da pesquisa” (Câmara, 2013).

Como tal, no nosso estudo, das 20 entrevistas planeadas, foram obtidas 13 (treze) respostas positivas. O tempo médio das gravações das entrevistas realizadas foi de 13 minutos e 36 segundos (00:13:36), sendo o máximo de 21 minutos e 1 segundo (00:21:01) e a mais curta de 9 minutos e 41 segundos (00:09:41). Por sua vez, na transcrição destas gravações, foram contabilizadas 11 horas, 59 minutos e 47 segundos (11:59:47) de transcrição, dando uma média de 55 minutos e 22 segundos (00:55:22) para cada entrevista.

Das transcrições realizadas, obtiveram-se 59 (cinquenta e nove) páginas de texto, as quais correspondem ao corpus do nosso estudo e nas quais se foca a análise de conteúdo.

4.3. Instrumentos de recolha de dados

De acordo com vários autores (DiCicco-Bloom & Crabtree, 2006; Jamshed, 2014; Knox & Bukard, 2009), na realização de estudos qualitativos, as entrevistas constituem-se como o método mais comum de recolha de dados, na medida em que são “uma forma de interação social que valoriza o uso da palavra” (Fraser, *et al.*, 2004, p. 139).

A partir dessa conceção, nasce o debate do uso da entrevista como instrumento de recolha de dados, uma vez que ainda nos dias de hoje, “persistem entre nós certas crenças segundo as quais a entrevista é um procedimento de coleta de informações pouco confiável e excessivamente subjetivo” (Duarte, 2004, p. 213). É sobre essas opiniões que é necessário e importante justificar as ações realizadas durante a investigação, através da criação de fundamentos coerentes para tornar essa recolha de dados o mais profissional, isenta, impessoal, ética e metodológica possível.

Assim, para mitigar qualquer subjetividade ou inviabilidade metodológicas, a estruturação rigorosa dos métodos de recolha de dados é essencial para se poder retirar quaisquer entraves metodológicos que possam existir por parte do pesquisador.

Quanto aos instrumentos de recolha de dados a utilizar no nosso estudo, optámos pela utilização de entrevistas, permitindo assim a recolha de dados através da auscultação das experiências, perceções e opiniões dos entrevistados (Peters & Halcomb (2015). Este método permite-nos obter dados relativos à compreensão da realidade em estudo dos diferentes entrevistados, recolhendo o máximo de informação possível através da informação transmitida.

As entrevistas, tendo em conta a sua estruturação por parte do investigador, podem ser diferenciadas de várias formas, nomeadamente em entrevistas não estruturadas, semiestruturadas e estruturadas (DiCicco-Bloom & Crabtree, 2006), tal como demonstrado na figura 3.

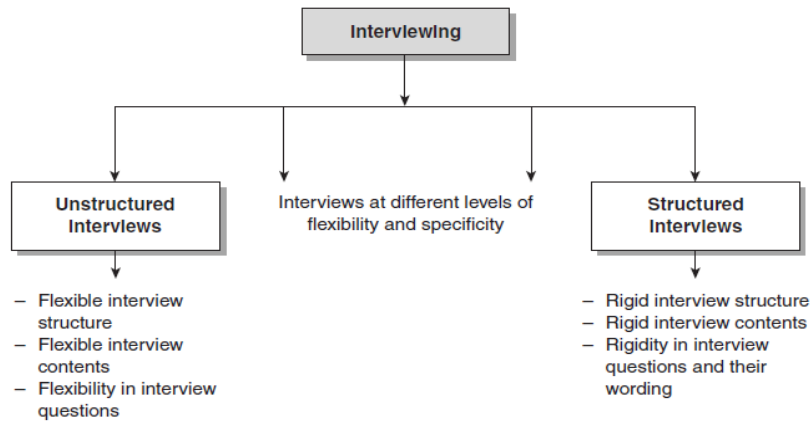


Figura 3 - Tipos de entrevistas

Nota: Figura adaptada de “*Research Methodology: A Step-by-step guide for beginners*”, de Ranjit Kumar, 2011.

O que distingue cada um destes tipos de entrevistas, é a flexibilidade que o investigador planeia que exista durante a entrevista, isto é, a forma como as questões estão construídas e são colocadas ao entrevistado. Assim, as entrevistas poderão ser compostas por questões mais específicas e estruturadas, com o intuito de obter respostas diretas e concretas, (entrevistas estruturadas), ou, por outro lado, a não existência de grande estrutura, permitindo ao entrevistador alterar a forma como as questões são colocadas para se adequar o máximo possível ao rumo que a entrevista segue (entrevistas não estruturadas), não limitando as respostas dadas pelos participantes (Kumar, 2011).

Neste estudo, será utilizado como instrumento de recolha de dados as entrevistas semiestruturadas, uma vez que permitem a estruturação e criação de uma linha de raciocínio para a entrevista através da construção de um guião com várias perguntas-chave que ajudam a definir as áreas a explorar, mas, ao mesmo tempo, permite ao entrevistador tornar mais flexível a ordem e a forma como coloca as questões para que melhor se possa seguir uma ideia em específico ou responder com mais detalhe ao pretendido (Gill, *et. al.*, 2008).

Uma outra forma de classificação das entrevistas advém da diretividade das mesmas. Esta classificação foca-se no tipo de comunicação existente durante o processo de recolha de dados onde o entrevistador tem o papel de fazer a entrevista decorrer de acordo com o assunto em estudo. A entrevista é considerada diretiva quando a condução das várias entrevistas é realizada da mesma forma, com a colocação das mesmas questões,

à semelhança de um questionário, através da utilização de um guião de questões a ser seguido durante o decorrer da entrevista ou, por outro lado, não diretiva quando é permitida liberdade para o entrevistado discorrer sobre o tema de forma autónoma, sem grande intervenção do entrevistador e sem um guião limitador das questões a colocar (Valadas & Gonçalves, 2013).

Pode-se, portanto, estabelecer uma relação entre a estruturação e a diretividade das entrevistas, sendo que normalmente entrevistas estruturadas e com um guião de questões previamente definido leva a que as respostas sejam mais estanques e concretas, tornando as entrevistas mais diretivas. Por outro lado, uma entrevista não estruturada, onde não existe um guião definido com as perguntas de partida, leva a que o decorrer da entrevista seja mais flexível e fluído, onde o entrevistado tem a liberdade para divagar e aprofundar as suas respostas sobre os temas em estudo (Batista *et al.*, 2021).

No nosso estudo, a utilização de entrevistas semidiretivas e semiestruturadas permite-nos, por um lado, garantir organização no que diz respeito à construção de um guião que nos permita orientar ou desenvolver da entrevista e, por outro lado, dar liberdade aos entrevistados para se expressarem sem restrições e desta forma aprofundar as suas respostas e transmitir melhor aquilo que são as suas experiências, já que, este tipo de entrevista, “apesar de ter um guião prévio que estrutura os conteúdos a ser abordados, admite flexibilidade suficiente para explorar o mundo do entrevistado através de uma relação de conversação” (Rebelo, 2016, p. 53).

4.4. Análise de conteúdo

Feita a recolha de dados e a constituição do *corpus* deste trabalho, procede-se à análise de conteúdo relativa às entrevistas registadas. Para tal, realiza-se a categorização dos componentes das entrevistas, através da desagregação da informação recolhida nas entrevistas desenvolvidas e posterior agrupamento dos dados tendo em conta os temas que os mesmos abordam (Bardin, 2016).

Através do estabelecimento das relações de analogia entre os dados que compõem os registos, é-nos permitido agrupar em categorias a informação recolhida e tida como pertinente para a investigação. Para tal, deverá realizar-se um processo estruturado em duas fases, no qual, em primeiro lugar, se isolam os elementos que iram constituir as

unidades de registo (U.R.), e só posteriormente se irão repartir esses elementos pelas categorias estabelecidas (Bardin, 2016).

Esse processo, apesar de se apresentar simplificado através das duas fases enunciadas, necessita de uma abordagem metódica e extensiva para que se possa consolidar a análise de conteúdo da investigação.

Como tal, antes da constituição das categorias, é necessária uma pré-leitura que nos possibilite, enquanto investigadores, construir as bases necessárias para poder retratar os objetivos do estudo nas categorias que irão enquadrar os dados recolhidos. Após a construção das categorias, deverá então proceder-se à codificação das unidades de registo obtidas através da “transformação – efetuada de forma precisa – dos dados brutos do texto, transformação esta que, por recorte, agregação e enumeração, permite atingir uma representação do conteúdo ou da sua expressão” (Bardin, 2016, p. 133).

Feita a codificação dos dados, procede-se então à sua categorização, através da classificação dos elementos recolhidos e alocação dos mesmos nas categorias devidas. Por fim, com os dados devidamente categorizados e agrupados, podemos então partir para a inferência ou interpretação dos resultados obtidos, permitindo ao investigador realizar uma análise controlada da realidade estudada e retirar as ilações finais do estudo.

4.5. Procedimento

Através da utilização dos instrumentos de recolha de dados supramencionados, foi redigido um guião de entrevistas (Apêndice II) que se constituiu como a base para o desenvolver das entrevistas semidiretivas e semiestruturadas.

Para a realização dessas entrevistas, foi solicitada a colaboração de 20 (vinte) entidades consideradas pertinentes e associadas com a segurança da área ou relativamente ao conhecimento específico que as mesmas possuíam, tendo havido a confirmação de 13 desses elementos. Foi solicitada autorização (Anexo II) para serem entrevistados 16 das 20 entidades, por serem elementos policiais, a qual veio a ser confirmada por parte da Direção Nacional da PSP.

Adquirida a autorização, foram contactadas as várias entidades, policiais e civis, tendo sido solicitado à Comandante da 3.^a Esquadra (Bairro Alto), da 1.^a Divisão Policial do COMETLIS, que indicasse 7 elementos, tendo por base o conhecimento da área e

conhecimento específico na matéria em estudo, dos quais responderam positivamente para serem entrevistados 4.

Relativamente aos contactos realizados para os pedidos de colaboração, todos foram feitos via e-mail, tendo-se realizado 12 entrevistas presenciais e uma via *Microsoft Teams Meetings*, uma vez que o entrevistado se encontra fora de Portugal e o contacto físico fosse inviável. De realçar que todos os pedidos de colaboração foram feitos de forma individual, exceto os realizados aos elementos da 3.^a Esquadra (Bairro Alto), que foram efetuados em conjunto e reencaminhados através da Comandante de Esquadra.

Aquando da realização das entrevistas, foi entregue a todos os entrevistados o Termo de Consentimento Informado (Apêndice I), onde são explanadas as condições relativas ao tratamento de dados, ao caráter voluntário da participação na entrevista e ainda assegurada quaisquer esclarecimentos necessários sobre os objetivos do presente estudo, tendo todos os entrevistados assinado e concordado com esses termos.

Todas as entrevistas presenciais foram gravadas com recurso ao gravador de telemóvel, tendo sido destruídas todas as gravações, presenciais e via *Microsoft Teams Meetings*, após a transcrição e análise dos dados. Nessa análise, foi ainda garantida a omissão de conteúdo que pudessem comprometer ou identificar qualquer um dos entrevistados.

Após a gravação e transcrição das entrevistas, elaborou-se um quadro categorial (Apêndice III), cujas categorias foram definidas tendo em conta todo o enquadramento teórico e, posteriormente, consolidadas em consequência do conteúdo das transcrições, resultando as seguintes categorias base, todas justificadas através do Apêndice III:

- Categoria “**Ameaça de segurança**” (Categoria A)
- Categoria “**Prevenção e reação a ataque terrorista**” (Categoria B)
- Categoria “**Formação em antiterrorismo**” (Categoria C)
- Categoria “**Tipologia de ataques**” (Categoria D)
- Categoria “**Medidas de segurança propostas**” (Categoria E)
- Categoria “**Responsabilidade na segurança**” (Categoria F)

Capítulo V – Apresentação e discussão dos resultados

Após realização das entrevistas e categorização das unidades de registo (U.R.) através do quadro categorial apresentado no Apêndice III, foi possível observar que as principais categorias a serem mencionadas pelos participantes foram a categoria A, onde se enquadra a consciência da existência de ameaça e as vulnerabilidades consideradas pelos participantes e a categoria B, com as medidas atualmente a serem aplicadas no âmbito da prevenção e reação, totalizando a soma de ambas um total de 60% das U.R., tal como verificado no apêndice VI.

Por contraposto, as temáticas menos abordadas pelos entrevistados foram a categoria relativa à tipologia de ataque esperado (Categoria D) e as propostas de melhoramento nas atividades direta e indiretamente relacionadas com a prevenção e reação (Categoria E), com uma soma de 62 U.R. num total de 352 (Apêndice VI).

Analisando mais pormenorizadamente as respostas dos entrevistados, os principais tópicos mencionados foram a caracterização da zona do Bairro Alto como um *soft target* e o reconhecimento da possibilidade de ameaça sobre o mesmo (A.1.), a menção às diversas vulnerabilidades consideradas pelos entrevistados (A.3.) e ainda as medidas implementadas para a prevenção e reação, principalmente no que concerne à atuação dos elementos policiais (B.2.). Por sua vez, os conteúdos menos mencionados pelos entrevistados dizem respeito às motivações e formas de execução de ataque (D.2.), às propostas de implementação de novos meios materiais e tecnológicos (E.2.) e ainda de alterações no âmbito legal para a prevenção e combate ao terrorismo (E.4.), remetendo estas três Subcategorias a apenas 13 U.R. (5+5+3, respetivamente), num universo de 352 U.R., correspondendo a apenas 0,85% dos registos verificados.

5.1. Ameaça de Segurança

Começando a analisar em concreto os registos por categoria, com o intuito de perceber se a área do Bairro Alto se poderia efetivamente reconhecer como um *soft target*, foram tidas em conta as características fundamentais que conceptualmente definem um

local como tal, e assim categorizadas as opiniões dos entrevistados tendo em conta a consciencialização da qualificação desta zona como alvo vulnerável.

Assim, tendo-se verificado em todas as entrevistas registos que mencionam a ameaça de ataque terrorista (Apêndice V), 11 dos 13 entrevistados demonstraram concordar com a possibilidade de ocorrência de um ataque terrorista na área (A.1.1.) (“pelo que sim, reconheço que possa existir um ataque terrorista na área do Bairro Alto.” [E9]).

Por sua vez, ainda em relação à classificação da área como *soft target*, a grande aglomeração de pessoas foi a característica mais mencionada (A.1.2.), por um total de 11 entrevistados, correspondendo a 30% das U.R. que constituem a subcategoria A.1. (“O Bairro Alto apresenta-se como uma possível zona de ataque tendo em conta que reúne características que os terroristas costumam procurar: [...] é uma zona de grande concentração de pessoas, muitos deles são cidadãos de diferentes proveniências e países” [E1]).

Quanto às vulnerabilidades e aos fatores que as agravam, o espetro de registos verificado abrange 73 U.R., constituindo as subcategorias A.2. e A.3., nas quais se engloba as vulnerabilidades relativas à geografia e disposição urbanística própria da área (A.2.1), a criminalidade existente (A.2.2.) e ainda a falta de comunicação e de obtenção de informação por parte das autoridades responsáveis pela segurança (A.2.3.).

Através da análise destas unidades de registo, podemos depreender que a maioria dos entrevistados foca como principal vulnerabilidade o desenho urbano da área, sendo referido por 8 dos 13 entrevistados essa vulnerabilidade.

Essa posição é justificada, no âmbito das agravantes das vulnerabilidades, por questões como os acessos e rotas de fuga (A.3.3.), (“Em primeiro lugar porque as ruas são demasiado estreitas e em segundo lugar porque ela está limitada em termos de acessos em termos de pilaretes, quer aos comerciantes, quer aos residentes e a serviços de emergência.” [E3]), ou ainda por outras características como a iluminação (A.3.4.) (“as ruas terem pouca luminosidade também acaba por não ajudar no patrulhamento e monitorização das ações da população que ali se encontra” [E11]) ou a degradação das próprias infraestruturas (A.3.2.) (“São estruturas residenciais de construção antiga e que já se encontram pouco preparadas para incêndios.” [E12]).

Para além dos acessos e da mobilidade na área, o facto de ser uma zona de turismo com permanência de pessoas no horário noturno (A.3.5.) foi a segunda agravante mais mencionada, totalizando 14 U.R., com 9 entrevistados a salientar a sua importância (“O Bairro Alto, por causa das condições que tem e do número de pessoas que o visita na diversão noturna, é sem dúvida um potencial alvo para esse tipo de ataques” [E5]).

Por sua vez, apesar das várias vulnerabilidades e da compreensão da área como um possível alvo, os entrevistados demonstraram existir ainda alguma incerteza naquilo que é a concretização de um ataque, concordando com a possibilidade, mas destacando a baixa probabilidade com a justificativa do contexto e do histórico de ataques diminuto comparativamente com outros países europeus (“em termos de probabilidade não consigo neste momento avaliar, mas tendo em conta o contexto de ameaça terrorista em Portugal, não é propriamente um dos países mais visado, como outros na Europa que já o foram e continuam sob esse espectro da ameaça com grau mais elevado que o nosso” [E6]).

5.2. Prevenção e reação a ataque terrorista

Com o intuito de perceber quais os esforços a serem exercidos no âmbito da prevenção e da reação a possíveis ataques terroristas, tentou-se perceber quais as principais medidas em implementação e reconhecidas pelos entrevistados como medidas com impacto para esse fim.

Desta forma, começámos por distinguir as medidas que se focam na transmissão de informação relativa à segurança à população através da realização de ações de sensibilização (B.1.). Para além destas, considerou-se pertinente perceber quais os meios a serem direcionados para a segurança, tanto ao nível de recursos humanos (B.2.) como de recursos materiais e tecnológicos (B.3.).

No que diz respeito à sensibilização da população e partilha de informação no âmbito da segurança, das 6 U.R. identificadas, é possível observar a posição positiva que se vincula no que é a preparação da população para o acontecimento de um atentado, existindo já alguma informação de conhecimento comum quanto à segurança individual de cada cidadão (“bem, há sempre uma sensibilização genérica que as polícias fazem” [E6]; “Acho que a população em si também acaba por adotar ou ter conhecimento de algumas vertentes do ponto de vista da segurança, ou do ponto de vista de medidas que

possam ser adotadas ao nível da autoproteção” [E6]). Porém, foram ainda registadas algumas posições no que concerne à preocupação em expor em demasiado a informação, que poderá consistir num risco securitário e, portanto, a moderação é chamada pelos entrevistados à colação (“Se por um lado seria importante passarmos a mensagem porque também estamos a dar ferramentas para as pessoas se defenderem, por outro lado, isto também poderá despoletar o problema de alguém se lembrar de querer fazer mal” [E5]).

Por sua vez, das várias subcategorias que compõem as medidas disponíveis, a mais mencionada foi a implementação de recursos humanos para a prevenção e reação, onde se verificaram 55% das U.R. desta categoria, tal como se verifica no apêndice VI.

Dentro da subcategoria referente à atuação dos elementos policiais, num total de seis indicadores, um dos mais mencionados foi a importância do policiamento de proximidade e do contacto próximo com os cidadãos (B.2.1.), com 11 dos 13 entrevistados a abordar esse tema. Neste indicador os entrevistados demonstram que a proximidade é essencial para a prevenção, permitindo uma melhor comunicação com a população e, ao mesmo tempo, atuar na prevenção com base na visibilidade e dissuasão (“tem sido apanágio na PSP um policiamento de forte presença e visibilidade” [E13]; “colocam-se em diversas zonas de Lisboa, mais turísticas, mais visível, onde há maior afluência de pessoas, como forma dissuasora de algum tipo de incivilidade ou de criminalidade que possa vir a acontecer.” [E7]).

Ainda no âmbito da subcategoria dos recursos humanos empenhados na segurança, também a menção do patrulhamento e da vigilância (B.2.2.) se refletiu como um indicador bastante mencionado, tendo os entrevistados indicado a importância da presença policial naquilo que é o reconhecimento de ações que poderão ser atos preparatórios para a concretização de futuros ataques (“há muitas patrulhas aqui na zona e no fim de semana, sobretudo, [...], há polícia visível mais ou menos sempre” [E4]; No que diz respeito à PSP, podemos falar do policiamento, seja apeado ou motorizado, como medidas de visibilidade e de prontidão para qualquer necessidade. [E10]).

Quanto aos meios físicos e tecnológicos existentes e em implementação (B.3.), o principal tópico a ser mencionado foi a existência do sistema de videovigilância (CCTV) (B.3.1.), fazendo parte do discurso de 10 dos entrevistados e sendo correspondente a 54% das U.R. desta subcategoria. Este sistema é apresentado como uma mais-valia no âmbito da monitorização das ações da população e na deteção de comportamentos suspeitos, sendo uma mais-valia tanto para o terrorismo como para a criminalidade em geral. (“O

facto de ser uma zona vigiada através de circuito CCTV, traduz-se numa avaliação bastante positiva, transmitindo mais segurança aos moradores e frequentadores, e permitindo ao efetivo ter mais ferramentas na execução das suas funções.” [E9]; “O principal objetivo deste sistema consistiu na prevenção da criminalidade lato sensu, não pensando especificamente no terrorismo, mas sim na vigilância do espaço público e prevenção do crime em geral.” [E1]).

Porém, alguns dos participantes denotaram alguns pontos negativos ou características a melhorar, nomeadamente a necessidade de melhorar a comunicação entre os responsáveis pela vigilância e os elementos no terreno (“, tem de haver mais integração naquilo que é o visionamento das imagens com o pessoal que está no terreno, [...], ou seja, muitas vezes o pessoal que está a visionar não tem a ligação direta, permanente, com o pessoal que está no terreno” [E2]), ou ainda a incapacidade de atualmente monitorizar todas as câmaras em simultâneo (“uma só pessoa não consegue estar diretamente a controlar todos os movimentos que as pessoas fazem. Portanto, isto é uma limitação que neste momento temos e que sabemos que temos e que não conseguimos detetar todo o tipo de intenções ilícitas que as pessoas possam ter.” [E3]).

Outro aspeto bastante mencionado foi a existência de barreiras físicas (B.3.2.), na forma de pilaretes de segurança, que permite um maior controlo no acesso automóvel, reduzindo assim o risco de utilização de viaturas para o cometimento de um ataque, para além de garantirem uma melhoria na mobilidade dentro da área, através da limitação dos acessos a pessoas a pé. (“existe o condicionamento de trânsito automóvel no interior do Bairro Alto, materializado na demarcação através de pilaretes e controlo de entradas.” [E13]; “para prevenir atos de maior impacto, colocamos barreiras nas artérias de forma a minimizar a possibilidade ou a probabilidade de viaturas entrarem no espaço” [E2]).

5.3. Formação em antiterrorismo

Aliado às medidas de segurança existentes, o conhecimento e a preparação ao nível de formação antiterrorista dos trabalhadores para dar resposta a eventuais atentados torna-se um assunto pertinente e necessário de avaliar.

Assim, foi criada a categoria relativa à formação em antiterrorismo, onde se identificam as opiniões dos entrevistados sobre as formações ministradas e à qualidade da mesma (C.1.) e ainda quais as temáticas abordadas durante essas formações (C.2.).

Efetuados os registos, foi perceptível o desconhecimento dos entrevistados relativamente à existência de formação antiterrorista (C.1.2.) tendo sido o indicador mais mencionado nesta subcategoria (Apêndice IV) (“Na área do terrorismo, não tenho conhecimento de nenhuma formação...” [E7]). Desta forma, os participantes demonstraram desconhecer a existência de formação relativa ao antiterrorismo em específico, ou realçam que, apesar de saber da sua existência, a mesma não lhes é ministrada. (“não quer dizer que não haja, a polícia tem diversas ações e garantidamente há de haver formações ao nível teórico sobre terrorismo ou ações terroristas. [...] Mas ao nível de patrulhamento não, especificamente para o terrorismo não.” [E2]).

Posto esse desconhecimento, vários entrevistados acreditam que formações nesse âmbito constituem uma mais-valia para a ação policial (C.1.1.), (“o valor acrescentado que representa, no polícia, cada nova formação” [E13]).

Por sua vez, os entrevistados que confirmam a existência de formação antiterrorista, afirmam que a mesma é insuficiente e não abrangendo a grande maioria do efetivo (C.1.3), observando-se 7 U.R. relativos a este indicador (“Existe formação das técnicas de deteção, mas não chega a toda a gente.” [E3]; “Por isso em termos de formação, não acredito que o pessoal, a maioria do pessoal, eu diria 95% ou 99% do efetivo, quer em formação interna, quer em formação externa, seja capaz de avaliar este tipo de comportamentos.” [E8]).

Como propostas de melhoria dessa insuficiência, os participantes apontam a necessidade de a formação ser dada logo no início de carreira, através da implementação de bases teóricas no plano curricular ministrado aos agentes na Escola Prática de Polícia (EPP) e no Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (ISCPSI) aos cadetes-alunos (“terá que ser reorganizada esta formação e perceber até que ponto isto pode ser integrado logo nos agentes, na EPP e se esta possa ser ministrada da melhor forma, de maneira a que eles possam chegar a um comando como o de Lisboa e aplicar na prática sem ficar nada por identificar, digamos assim.” [E3]).

Quanto às temáticas abordadas nas formações, a principal área a ser mencionada foi a formação para a vigilância e identificação de comportamentos preparatórios (C.2.1.),

com um total de 9 U.R., sendo ensinadas várias técnicas de observação e deteção de comportamentos específicos (“entre as quais destaco várias ações de formação que tiveram lugar sensivelmente a partir de 2015/2016 designadas por Técnicas de Deteção e Abordagem Preventiva (TDAP) que visavam a identificação de comportamentos de risco, de preparação de um atentado ou de vigilância e observação de possíveis alvos.” [E1]).

Para além da deteção e prevenção, também no âmbito da resposta é ministrada formação (C.2.3.), sobretudo no âmbito de ITP’s e de atacantes ativos através de NEP’s, sendo verificada em 6 U.R., e que permitem ao efetivo estar preparado para a necessidade de atuação rápida e eficaz a um eventual ataque (“existem ainda protocolos de atuação no que consta a tomada de decisão entre conter e isolar ou intervir e neutralizar, tal como decorre das NEP dos ITP’s e dos atacantes ativos.” [E10]; “como se há de reagir em termos de se progredir para um ITP, acho que essas formações já são significativas” [E6]).

Por fim, ao nível mais estratégico, são ainda mencionadas áreas de formação relativas à recolha de *Intelligence* (C.2.2.), para a realização do combate ao terrorismo a um nível mais abrangente (“Também no âmbito dos Núcleos de informações foi desenvolvida alguma formação no âmbito do contraterrorismo em espaços públicos das áreas urbanas da responsabilidade da PSP.” [E1]).

5.4. Tipologia de ataques

De forma a perceber se existiria alguma tipologia de ataques que seria mais expectável que ocorresse tendo em conta as características da área em apreço, e acompanhando o ponto de vista dos participantes com as estatísticas dos últimos anos no que concerne a ataques terroristas, foi criada a categoria da tipologia de ataques (Categoria D), onde se analisa os meios de perpetração de ataques que são considerados pelos entrevistados (D.1.) e ainda os modos de execução dos ataques que consideram ser mais comuns (D.2.).

Assim, no que diz respeito à primeira subcategoria, os quatro principais indicadores mencionados, com 6 U.R. cada, foi a utilização de armas de fogo (D.1.1.) (“A acontecer, eventualmente seria como já observámos noutros locais da Europa, com recurso a armas de fogo, etc.” [E13]), através de armas brancas (D.1.2.) (“Um dos que tem vindo a ter mais frequência nos últimos anos é a utilização de armas brancas (os

esfaqueamentos na vida pública de forma indiscriminada)” [E1]), através de artefactos pirotécnicos ou explosivos (D.1.3.) (“Também através de artefactos pirotécnicos, engenhos explosivos ou gases tóxicos, causando, em casos extremos, bastantes danos após a sua utilização.” [E9]) e a utilização de viaturas (D.1.4.) (“Uma das possíveis formas de realizar um ataque é através do atropelamento de pessoas com o uso de viatura(s) desgovernadas.” [E10]).

Destes meios, os considerados mais comuns são a utilização de armas brancas e armas de fogo, pelo que a utilização de viaturas e de pirotecnia ou explosivos é destacada devido à grande capacidade de causar danos e vítimas.

Foi ainda mencionada a utilização de drones como uma das formas de executar um ataque (D.1.5.), complementando meios como os explosivos e as armas de fogo, implementando meios tecnológicos para aumentar o potencial destrutivo e a versatilidade de um ataque (“Neste momento em territórios de conflito, a utilização de drones é rotineiro, pelo que se abre a possibilidade destes instrumentos poderem ser utilizados para o cometimento de um atentado, designadamente a utilização de drones com explosivos ou drones com armas de fogo (um verdadeiro desafio para as Polícias).” [E1].), bem como a utilização de substâncias NRBQ (D.1.6.), considerados estes meios como de difícil resposta uma vez que seria necessário perceber a ameaça para posteriormente se poderem implementar os meios necessários (“a pior situação possível será a utilização de substâncias NRBQ. Não há muitos países a terem os meios necessários e suficientes para fazer face a este tipo de ocorrências porque temos de ter sempre presente que os primeiros meios a chegarem ao local (dependendo da substância) e, no limite, poderão perder a vida por falta de proteção adequada.” [E1]).

Por sua vez, quanto à subcategoria dos *modus operandi* (D.2.), esta foi a subcategoria menos abordada pelos participantes, tendo estes indicado que a execução tanto pode ser realizada por um atacante solitário (D.2.1.) como por um grupo de indivíduos (D.2.2.), devendo se ter sempre em consideração o contexto em que o ataque se desenvolve (“Uma das características do terrorismo contemporâneo é a sua imprevisibilidade e diversidade dos *modus operandi* utilizados por parte de indivíduos ou grupos.” [E1]; “um indivíduo com uma arma de fogo, ou um conjunto de indivíduos, estou-me a lembrar dos atentados que houve em Paris nas zonas de diversão noturna em 2015 quando também houve os atentados perto do estádio.” [E6]).

5.5. Medidas de segurança propostas

Abordadas as medidas em implementação e as expectativas quanto à ocorrência de um ataque, afigura-se importante focar a opinião sobre os próximos passos a tomar no que concerne a medidas para a prevenção e resposta a ataques terroristas, embora tenha sido a categoria menos abordada no que diz respeito a U.R. (Apêndice VI).

Assim, dividindo as medidas propostas nas várias subcategorias, nomeadamente, na sensibilização e instrução (E.1.), na utilização de meios tecnológicos e materiais (E.2.), nas medidas inerentes ao efetivo (E.3.) e ainda em eventuais alterações legislativas (E.4.), várias foram as propostas dadas, sendo estas inéditas ou apenas o melhoramento e atualização de procedimentos já em execução.

No que concerne a medidas propostas no âmbito da sensibilização da população (E.1.), as opiniões foram expostas de forma semelhante naquilo que é a realização ações de sensibilização (E1.1.) e a realização de simulacros (E.1.2.), com 6 e 4 U.R. respetivamente, sendo o intuito destas medidas permitir que toda a população possa ter conhecimento das ferramentas e do modo de atuar para sua proteção (“Eu vivi em Inglaterra bastante tempo e, por isso tive muitos anos de simulações de incêndios ou de ataques terroristas, muitas coisas diferentes e cá nunca ouvi falar de nada que pudesse reportar para esse horizonte, mas acho que poderia ser uma grande mais-valia em termos de preparação para as pessoas e funcionários daqui da área.” [E4]; “E depois a realização de mais exercícios que possam treinar procedimentos em caso de atentado/acidente grave/catástrofe.” [E1]).

Todavia, no que toca a transmissão de informação à população, existe ainda alguma preocupação que demasiada informação possa ser algo pejorativo, pelo que a transmissão desse conhecimento deverá ser feita de forma controlada e planeada (“Se por um lado seria importante passarmos a mensagem porque também estamos a dar ferramentas para as pessoas se defenderem, por outro lado, isto também poderá despoletar o problema de alguém se lembrar de querer fazer mal, porque não é notícia.” [E5]).

Por sua vez, quanto à subcategoria referente aos meios materiais e tecnológicos a implementar, uma das formas de controlo proposto seria a utilização de detetores de metal (E.2.1.) para verificar a existência de objetos e armas que pudessem ser utilizados para realizar um ataque, porém, como referido pelos entrevistados, esse tipo de medida seria

apenas utilizado em eventos específicos e sob informação de uma possível risco em concreto, uma vez que o facto de a área ser de livre acesso não permitiria a utilização permanente desses meios (“podemos por detetor de metais, mas de que forma se vão usar? Não se pode chegar ali ao pé das pessoas e passar o detetor de metais, [...] se não houver um enquadramento específico para uma determinada ação, dificilmente se consegue implementar na via pública medidas para minimizar a probabilidade de ocorrência de atentados terroristas.” [E2]).

Outro meio sugerido, desta vez ao nível da tecnologia (E.2.2.), seria a utilização do sistema de videovigilância já em implementação, para realizar a identificação de suspeitos que poderão estar a circular na área, através da utilização de ferramentas de reconhecimento facial, constituindo-se assim um instrumento extremamente eficaz para a deteção e prevenção não só no âmbito do terrorismo, mas da criminalidade em geral. (“Aí, novas tecnologias no âmbito do reconhecimento facial, mas que em Portugal é muito difícil a implementação” [E5]). Ainda no âmbito das tecnologias, desta vez na área das informações (Intelligence), é ainda proposta a utilização de meios informáticos para manter um controlo de informação no âmbito das comunicações para que se possa detetar e assim prevenir o planeamento e realização de um ataque (“Para mim, a melhor prevenção é, de facto, eu estar a ser escutado a todo o momento, para mim é a melhor prevenção.” [E8]).

Em ambos os casos, os participantes deixam ainda presente que tais medidas necessitam de primeiro ser abordadas ao nível legal, sendo atualmente de difícil implementação em Portugal, propondo assim alterações ou revisões ao nível legal dessas matérias (E.4.) (“Tudo que é este tipo de objetos, ou tecnologias, incidem diretamente sobre direitos, liberdades e garantias das pessoas” [E8]).

Quanto a medidas que influenciem o efetivo policial, a principal medida mencionada é a melhoria da formação dada ao efetivo (E.3.1.) com 5 U.R. registadas, sendo o principal foco destas sugestões não a criação de novas formações, mas o fazer chegar as mesmas ao efetivo de forma mais recorrente para o mesmo estar pronto para responder a uma eventual situação e a prevenir e identificar comportamentos de risco (“Fazer chegar a formação de TDAP a um maior número possível de polícias da PSP. Diversificar e intensificar a formação sobre intervenção em situações de emergência e de crise, parece-me também extremamente importante.” [E1]; “na EPP e se esta possa ser

ministrada da melhor forma, de maneira a que eles possam chegar a um comando como o de Lisboa e aplicar na prática sem ficar nada por identificar, digamos assim.” [E3]).

Quanto a medidas a executar no âmbito das funções do efetivo policial, foi proposto pelos participantes a melhoria naquilo que é o controlo e identificação de pessoas (E.3.2.), através da limitação de consumos excessivos de álcool, de limitação e cumprimento de horários, entre outros (“Se o consumo de álcool na via pública fosse restringido em determinadas áreas, nós não teríamos concentrações e aglomerados tão grandes nas ruas como temos hoje em dia no bairro alto.” [E3]; “As limitações dos horários, também pode ser uma forma fácil de reduzir o número de pessoas e, ao mesmo tempo, diminuir a vulnerabilidade de um alvo.”), devendo estas medidas ser implementadas não apenas pelas forças e serviços de segurança, mas por todas as entidades subordinadas e com competências nessas matérias.

Ainda relativamente ao efetivo policial, outra proposta advém da troca de informação e parcerias com outras forças e serviços (E.3.3.), tanto ao nível nacional como internacional, permitindo assim a troca de informação e aprendizagem conjunta (“É muito importante haver esta cooperação, mas todas as instituições têm de trabalhar mais no que respeita ao planeamento e intervenção integrada e conjunta.” [E1]; “Eu penso que sim, podem ser praticadas algumas experiências com países europeus onde os ataques terroristas acontecem com maior incidência, embora Portugal não tenha experiência, muita, em ataques terroristas.” [E3]).

5.6. Responsabilidade na segurança

Por último, com o intuito de perceber qual o papel que a população poderá desempenhar no âmbito da segurança, quer seja através das câmaras municipais, das empresas de segurança privada, dos comerciantes ou até mesmo das pessoas que frequentam o local, considerou-se importante criar uma categoria onde se analisa a informação relativa a essa matéria.

Assim, com a criação da subcategoria relativa às ações dos vários atores (F.1.), pretende-se as posições que os mesmos poderão adotar e que ações realizar para melhorar a segurança.

Nesta subcategoria, os indicadores mais mencionados foram, com 6 U.R. cada, a questão da vigilância (F.1.1.), a comunicação rápida e eficaz de qualquer informação que se tenha (F.1.3.) e ainda a realização das competências próprias de cada entidade (F.1.5.) no que concerne à adoção de medidas de mitigação de certas vulnerabilidades.

No primeiro indicador, é referida a importância que cada pessoa pode ter no ato de vigilância coletiva e identificação de comportamentos suspeitos (“se nós nos auto policiarmos enquanto cidadãos, como acontecia antigamente, é muito mais fácil as situações não acontecerem” [E8]).

Por sua vez, o papel da comunicação rápida e eficaz de qualquer informação que se tenha (F.1.3.) demonstra-se importante para poder detetar e impedir a execução de um ataque uma mais rapidamente possível (“Por sua vez, quanto a outras entidades, estes podem atuar através da triagem de informações prestadas por elementos da segurança privada, bem como, pelo comerciante e cidadão comum.” [E10])

Por último, a realização das competências próprias de cada entidade (F.1.5.) é relevante no sentido em que poderá impactar na diminuição do sentimento de insegurança da população e na dissuasão do agente perpetrador de um ataque (“Capacitar estas instituições, não tanto para dar formação aos cidadãos, mas de alguma forma no seu âmbito de competência, juntas de freguesia, câmara municipal, supermercados, minimercados, seja o que for..., no seu âmbito de atuação, no seu *core buiseness*, conseguirem aplicar aquilo que lhes é ministrado, ou que é formado, ao seu *core business*. E aí sim, se todos trabalharem em conjunto, é possível e deverá ser feito.” [E8]).

Por sua vez, para além desses indicadores, foi ainda mencionada a importância da população adotar uma atitude mais ativa naquilo que é a segurança coletiva, algo que segundo os entrevistados tem sido cada vez mais esquecido em função do bem-estar individual e que poderá ter implicações na segurança coletiva (“para haver alguma dinâmica de prevenção, é preciso haver um sentimento de comunidade muito forte, que nos últimos anos se tem esbatido um bocadinho.” [E4]).

Paralelamente, quanto à subcategoria relativa à cooperação institucional (F.2.), é abordado qual o papel que a ação conjunta das várias entidades pode ter na segurança.

Nesta subcategoria, a interligação das diversas funções das entidades para um objetivo comum (F.2.2.) foi o indicador mais mencionado, com um total de 12 U.R., sendo mencionada a importância que esta interação pode ter para a prevenção (“Eu estou

de acordo que tem de ser um trabalho conjunto. Portanto, se cada um fizer a sua parte, certamente vamos diminuir esta vulnerabilidade.” [E3]; “Nós trabalhamos com diversas entidades, dentro das nossas competências de fiscalização; trabalhamos com a polícia municipal também, não só ao nível da fiscalização como também da própria manutenção da ordem pública.” [E7]).

Todavia, é ainda mencionado que apesar de existirem, estas ações conjuntas não estão suficientemente vinculadas e poderiam ser melhor trabalhadas para alcançar os resultados pretendidos (“A verdade é que não se sente o apoio das autarquias, não se sente o trabalho conjunto, não se sente a reunião, digamos assim, por objetivos comuns” [E3]).

Por fim, ainda dentro da cooperação institucional, foi mencionada a necessidade de partilha de informação e de conhecimento (F.2.1.) para se garantir a preparação para dar resposta a qualquer incidente, devendo as Forças e Serviços de Segurança não só promover a troca de informação entre si, mas também recolher conhecimentos de países onde esta realidade está mais presente e com um histórico de ataques mais abrangente que o do nosso país (“existe um órgão próprio para a troca de informações permanente, que é a UCAT, onde são trocadas e partilhadas informações neste âmbito com vista à prevenção do terrorismo.” [E1]).

Conclusão

Como o presente estudo indica, cada vez mais os *soft targets* são os alvos prediletos para a execução de ataques terroristas, tendo em vista a carência de medidas de segurança que caracteriza esses locais, a elevada densidade populacional que neles se verifica e o impacto e mediatismo que essas ações poderão alcançar. O Bairro Alto, não é exceção, verificando-se nele todas essas características e concretizando-se assim esse local como um *soft target*.

Através da realização deste estudo, almejou-se conhecer o contexto desta zona através da realização de entrevistas a quem trabalha na área da segurança, tanto no terreno como ao nível de comando e tomada de decisões, assim como a indivíduos considerados especialistas na área da segurança e do terrorismo, possibilitando dar respostas às questões orientadoras de todo o trabalho.

Assim, focando na primeira pergunta derivada (Q1), através do reconhecimento do Bairro Alto como um *soft target* e, por seguinte, a sua suscetibilidade para ser alvo de um atentado terrorista, os entrevistados apresentaram várias vulnerabilidades inerentes à área. A maior preocupação sinalizada pelos participantes foi a elevada densidade populacional que se verifica naquela área, principalmente no período noturno devido à diversão noturna que se verifica no bairro.

Aliado a esse fator, outra vulnerabilidade realçada por grande parte dos entrevistados, foi a geografia da própria área e as características associadas às infraestruturas que se verificam, no Bairro Alto, como bastante envelhecidas e degradadas, sendo propício a desenvolver eventuais incêndios e não tendo, portanto, as condições ideais de segurança. Ainda no que diz respeito à organização da malha urbana nessa zona, foi denotada a preocupação dos participantes no que concerne à disposição das infraestruturas, tornando todas as vias na área estreitas, labirínticas e de difícil acesso, o que se constitui como uma vulnerabilidade numa dupla vertente, em primeiro lugar, devido à dificuldade de acesso a viaturas das Forças de Segurança, bem como de outras entidades como, por exemplo, profissionais de saúde, e, em segundo lugar, dificultando a fuga dos civis transeuntes no local e, dessa forma, aumentando o caos e o pânico gerado pela movimentação de pessoas em massa naquela área sem grandes rotas de fuga aquando de um atentado.

Todas estas circunstâncias levam a que a ocorrência de um ataque tenha forte impacto mediático, tanto ao nível nacional como internacional, uma vez que existe na área bastante turismo, principalmente no período noturno, verificando-se uma grande percentagem de indivíduos estrangeiros, das mais diversas nacionalidades a frequentar o local.

Estas vulnerabilidades tornam-se ainda mais evidentes por ser uma área com medidas de segurança limitadas, o que nos leva a abordar a segunda pergunta derivada (Q2), onde são apreciadas essas medidas e a eficácia das mesmas para a prevenção e resposta a um ataque terrorista.

Nesse âmbito, das diversas medidas físicas abordadas, o sistema de videovigilância foi o mais mencionado, constituindo-se como uma ferramenta de vigilância capaz e pertinente, permitindo que apenas um ou dois elementos policiais consigam monitorizar todas as vias públicas existentes na área. Todavia, quanto a este sistema, os entrevistados associaram diversas limitações que põem em causa a sua utilização eficaz, propondo melhorias para rentabilização das ferramentas já em implementação, nomeadamente a dificuldade que os operadores deste sistema têm em monitorizar todas as câmaras em simultâneo, que não permite ao sistema pausar ou retroceder nas gravações, e sendo as imagens visionadas em cada momento diferente, uma vez que, por si só, o sistema está constantemente a passar e a alterar a imagem de câmara para câmara. Paralelamente, outra limitação, considerada a mais dialogística para o serviço policial, é a falta de comunicação direta entre os operadores do sistema de CCTV e o efetivo policial que está no patrulhamento, dificultando a comunicação e a resposta imediata a qualquer ocorrência.

Por sua vez, a existência de barreiras físicas a limitar os acessos à área demonstrou-se como uma medida eficaz para a prevenção de atentados que pudessem ocorrer através do uso de viaturas, sendo esse um dos meios que os entrevistados consideraram como possível para a executar um ataque e que teria graves consequências.

Quanto ao papel do efetivo da PSP na adoção de medidas de prevenção e resposta a ataques terroristas, conclui-se que tanto a visibilidade como a vigilância realizadas pelas polícias, ambas garantidas através do patrulhamento diário realizado, contribuem para prevenção no sentido em que a visibilidade leva à dissuasão e a vigilância contribui para a melhoria no controlo e deteção de ações.

Por sua vez, a realização de ações de sensibilização e de simulacros para a transmissão de informação à população sobre como proceder na eventualidade de um ataque, é vista pelos entrevistados como importante e necessária, permitindo fornecer à população ferramentas de como proceder para minimizar a ocorrência de um ataque e, caso ocorra, como se proteger e diminuir as consequências resultantes desse ataque. Porém, é também vinculada a ideia de que a transmissão dessa informação deve ser moderada e cuidada, uma vez que o enfoque em demasiado nestes temas poderá ter resultados contrários aos pretendidos, através do despoletar de ideias de concretização de um ataque sem que esse seja o intuito.

Quanto ao papel desempenhado por outras entidades, contrariando o que é previsto na ENCT, é relevada a falta de cooperação naquilo que poderão ser medidas de prevenção, quer seja na transmissão de informação que possa levar à identificação de possíveis atacantes, quer seja na falta de implementação de medidas concretas para a mitigação de algumas vulnerabilidades existentes. Neste último caso, poderá referir-se a falta de iluminação que se verifica nas várias artérias da área, da falta de fiscalização no que são os limites horários dos estabelecimentos, bem como de diversos outros ilícitos que extravasam a competência da PSP e poderão ter implicações para a segurança da área.

No que diz respeito à cooperação institucional, denota-se também um défice na transmissão de informação e experiências com outras Forças de Segurança de outros países, sendo revelada a importância de obtenção de conhecimentos de entidades mais experientes, com contextos diferentes ao vivenciado em Portugal, em países onde os atentados terroristas são uma realidade mais próxima e, conseqüentemente, o grau de preparação necessário é também maior. Esse contacto é visto como vantajoso, permitindo consolidar procedimentos e ter contactos com experiências que não são frequentes em Portugal.

Relativamente à formação do efetivo policial na área do terrorismo, dando resposta à terceira pergunta derivada (Q3), denota-se um grande desconhecimento por parte dos participantes da existência de formações relativas a essa temática e, por conseguinte, revela-se a falta de investimento nessa mesma formação. Contudo, apesar de a formação no âmbito do terrorismo ser reduzida, principalmente no que diz respeito a técnicas de identificação e deteção de indícios técnicos que possam ser considerados como atos preparatórios para a atividade terrorista, os entrevistados demonstram ser uma

área importante e que deveria ser mais incentivada, constituindo-se uma mais-valia e uma ferramenta útil para a prevenção.

Por sua vez, no âmbito da resposta a este tipo de incidentes, é mencionada pelos entrevistados a abordagem da temática do terrorismo nas formações relativas aos procedimentos a adotar no que diz respeito a ITP's e a atacantes ativos, existindo já bases de como proceder na eventualidade de ocorrer um ataque.

Em termos gerais, é ainda possível concluir que tanto nas medidas de segurança em implementação como na formação ministrada, todos os esforços a serem implementados são na sua maioria descritos como aqueles que são vinculados para a criminalidade em geral, não existindo uma especialização de medidas que se foquem apenas na prevenção e deteção de ações terroristas.

Por fim, dando resposta à pergunta de partida do estudo, podemos concluir que na sua maioria, os participantes consideram que a segurança na área do Bairro Alto não está preparada para dar uma resposta da forma mais eficaz possível a um ataque terrorista. Sejam esses ataques realizados através de armas de fogo, armas brancas ou explosivos. O carácter inopinado e volátil de um ataque desta índole leva à necessidade de uma maior aposta em procedimentos e medidas de segurança eficazes, nomeadamente na área da prevenção, que sejam mais direcionadas para esta tipologia de ataques do que as atuais medidas implementadas para a criminalidade em geral. Neste sentido, alguns passos já foram dados através da colocação de barreiras físicas que dificultem a utilização de viaturas para o cometimento de ataques, mas diversas medidas deverão ainda ser revistas e implementadas para que se possa ter um espectro de ação alargado naquilo que é a prevenção e a resposta a um ataque terrorista.

Posto isto, como obstáculos à realização do estudo, podemos referir o facto de os dados estatísticos existentes quanto a ataques realizados, quer seja na *Global Terrorism Database*, quer seja em outras bases de dados, remeterem apenas até ao ano de 2020, impossibilitando uma análise mais aprofundada da evolução que esta temática tem sofrido. Para além disso, por não se ter obtido resposta por parte de três indivíduos civis, existiu uma baixa colaboração de entidades externas à polícia, levando a que a diversidade do conteúdo dos registos obtidos não fosse tão abrangente como o pretendido. Todavia, consideramos que o trabalho apresentado revela méritos na disponibilização de uma análise orientada para o diagnóstico e ação, com vista a contribuir para melhorar a segurança de um *soft target* na capital de Portugal.

Referências

Artigos Científicos:

- Abrahms, M., Ward, M. & Kennedy, R. (2018). Explaining Civilian Attacks: Terrorist Networks, Principal-Agent Problems and Target Selection. *Perspectives on Terrorism*. 12(1), 23-45. <https://www.jstor.org/stable/26343744>
- Adhabi, E. & Anozie, C. (2017). Literature Review for the Type of Interview in Qualitative Research. *International Journal of Education*. 9(3), 86-97. <https://doi.org/10.5296/ije.v9i3.11483>
- Ahmed, R. (2018). Terrorism Ideologies and Target Selection. *Journal of Applied Security Research*. 13(3), 376-390. <https://doi.org/10.1080/19361610.2018.1463140>
- Alsaawi, A. (2014). A Critical Review of Qualitative Interviews. *European Journal of Business and Social Sciences*. 3(4), 149-156. <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2819536>
- Baumert, T. (2016). Terrorismo y Turismo: Una Revisión de la Literatura Acerca de la Repercusión de los Atentados Sobre el Sector Turístico. *Información Comercial Española, ICE: Revista de economía*. 893, 51-70. <https://doi.org/10.32796/ice.2016.893.1891>
- Becker, M. (2014). Explaining Lone Wolf Target Selection in the United States. *Studies in Conflict & Terrorism*. 37(11), 959-978. <https://doi.org/10.1080/1057610X.2014.952261>
- Beňová, P. (2019). Terrorism Attacks on Selected Soft Targets. *Journal of Security & Sustainability Issues*. 8(3), 453-471. <http://jssidoi.org/jssi/papers/papers/view/354>
- Bostrom, N. (2019). The Vulnerable World Hypothesis. *Global Policy*. 10(4), 455-476. <https://doi.org/10.1111/1758-5899.12718>
- Brauch, H. (2011). Concepts of Security Threats, Challenges, Vulnerabilities and Risks. *Coping with Global Environmental Change, Disasters and Security*. 5(1), 61-106. Springer. https://link.springer.com/content/pdf/10.1007/978-3-642-17776-7_2.pdf

- Brouard, S., Vasipoulos, P. & Foucault, M. (2018). How Terrorism Affects Political Attitudes: France in the Aftermath of the 2015–2016 Attacks. *West European Politics*. 41(5), 1073-1099. <https://doi.org/10.1080/01402382.2018.1429752>
- Câmara, R. (2013). Análise de Conteúdo: Da Teoria à Prática em Pesquisas Sociais Aplicadas às Organizações. *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia*. 6(2), 179-191. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202013000200003&lng=pt&tlng=pt
- Cavalcante, R., Calixto, P., & Pinheiro, M. (2014). Análise de Conteúdo: Considerações Gerais, Relações com a Pergunta de Pesquisa, Possibilidades e Limitações do Método. *Informação & Sociedade: Estudos*. 24(1), 13-18. <https://periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/10000>
- Celso, A. (2015). The Islamic State and Boko Haram: Fifth Wave Jihadist Terror Groups. *Orbis*. 59(2), 249-268. <https://doi.org/10.1016/j.orbis.2015.02.010>
- Clark, A., Doyle, O. & Stancanelli, E. (2020). The Impact of Terrorism on Individual Well-Being: Evidence from the Boston Marathon Bombing. *The Economic Journal*. 130(631), 2065-2104. <https://doi.org/10.1093/ej/ueaa053>
- DiCicco-Bloom, B. & Crabtree, B. (2006). The qualitative research interview. *Medical Education*, 40(4), 314-321. <https://doi.org/10.1111/j.1365-2929.2006.02418.x>
- Duarte, R. (2004). Entrevistas em Pesquisas Qualitativas. *Educar em Revista*. 20(24), 213-225. <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/2216/1859>
- Duwe, G. (2019). Patterns and Prevalence of Lethal Mass Violence. *Criminology & Public Policy*, 19(1), 17-35. <https://doi.org/10.1111/1745-9133.12478>
- Emamqoli, Y. (2021). Towards the Emergence of the Fifth Wave of Terrorism in the World. *Jornal Iraniano de Política Internacional*. 11(2). <https://doi.org/10.22067/irlip.2022.71990.1138>
- Fraser, M. & Gondim, S. (2004). Da fala do Outro ao Texto Negociado: Discussões Sobre a Entrevista na Pesquisa Qualitativa. *Paiédia*. 14(28), 139-152. <https://doi.org/10.1590/S0103-863X2004000200004>
- Gallagher, M. (2017). The 2016 “Lone Wolf” Tsunami – Is Rapoport’s “Religious Wave” Ending?. *Journal of Strategic Security*. 10(2), 60-76. <https://www.jstor.org/stable/26466843>

- Gill, P., Sewart, K., Treasure, E. & Chadwick, B. (2008). Methods of Data Collection in Qualitative Research: Interviewa and Focus Groups. *British Dental Journal*. 204(6), 291-295. <https://doi.org/10.1038/bdj.2008.192>
- Goodwin, J. (2006). A Theory of Categorical Terrorism. *Social Forces*. 84(4), 2027-2046. <https://doi.org/10.1353/sof.2006.0090>
- Honig, O. & Yahel, I. (2017). A Fifth Wave of Terrorism? The Emergence of Terrorist Semi-Estates. *Terrorism and Political Violence*. 31(6), 1210-1228. <https://doi.org/10.1080/09546553.2017.1330201>
- Jamshed, S. (2014). Qualitative Research Method-interviewing and Observation. *Journal of Basic and Clinical Pharmacy*. 5(4), 87-88. <https://doi.org/10.4103/0976-0105.141942>
- Júnior, F., Leão, A. & Mello, S. (2011). Validade e Confiabilidade na Pesquisa: Qualitativa em Administração. *Revista de Ciências da Administração*. 13(31), 190-209. <https://doi.org/10.5007/2175-8077.2011v13n31p190>
- Knox, S. & Burkard, A. (2008). Qualitative research interviews. *Psychotherapy Research*. 19(4-5), 566-575. <https://doi.org/10.1080/10503300802702105>
- Kurtulus, E. (2011). The “New Terrorism” and Its Critics. *Studies in Conflict & Terrorism*. 34(6), 476-500. <https://doi.org/10.1080/1057610X.2011.571194>
- Lapkova, D., Kotek, L. & Kralik, L. (2018). Soft targets – Possibilities of their identification. *Annals of DAAAM and Proceedings of the International DAAAM Symposium*. 29(1), 369-377. <https://doi.org/10.2507/29th.daaam.proceedings.053>
- Lourenço, N. (2019). Sociedade global risco e segurança. *Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito (RECHTD)*. 11(2), 211-219. <https://doi.org/10.4013/rechtd.2019.112.05>
- Meloy, J. & Yakeley, J. (2014). The Violent True Believer as a “Lone Wolf”- Psychoanalytic Perspectives on Terrorism. *Special Issue: Terrorism in the 21st Century*. 32(3), 347-365. <https://doi.org/10.1002/bsl.2109>
- Merari, A. (1993). Terrorism as a Strategy of Insurgence. *Terrorism and Political Violence*. 5(4), 213-251. <https://doi.org/10.1080/09546559308427227>

- Peters, K. & Halcomb, E. (2015). Interviewa in Qualitative Research. *Nurse Researcher*. 22(4), 6-7. <https://doi.org/10.7748/nr.22.4.6.s2>
- Polo, S. (2020). The quality of terrorist violence: Explaining the logic of terrorist target choice. *Journal of Peace Research*. 57(2), 235–250. <https://doi.org/10.1177/0022343319829799>
- Post, J. (2015). Terrorism and Right-Wing Extremism: The Changing Face of Terrorism and Political Violence in the 21st Century: The Virtual Community of Hatred. *International Journal of Group Psychotherapy*. 65(2), 242-271. <https://doi.org/10.1521/ijgp.2015.65.2.242>
- Prata, B. (2016). Os Poderes Erráticos: O Terrorismo. Gênese, Conceitos, Evolução E Tipologias. *Proelium*. 7(10), 195-212. <https://revistas.rcaap.pt/proelium/article/view/8923>
- Rebelo, R. (2016). Técnica de Investigação Qualitativa: ETCl. *Journal of Sport Pedagogy & Research*. 2(1), 50-57. https://www.researchgate.net/publication/305488949_Tecnica_de_Investigacao_Qualitativa_ETCl
- Schmid, A. (2004). Terrorism: The Definitional Problem. *Journal of International Law*. 36(2), 375-419. <https://scholarlycommons.law.case.edu/jil/vol36/iss2/8>
- Silver, J., Horgan, J. & Gill, P. (2018). Shared Struggles? Cumulative Strain Theory and Public Mass Murderers From 1990 to 2014. *Homicide Studies*, 23(1), 3-84. <https://doi.org/10.1177/1088767918802881>
- Stainford, C., Sandler, T. & Brant, P. (2012). Terrorism Attack and Target Diversity: Changepoint and Their Drivers. *Journal of Peace Research*, 50(1), 75-90. <https://doi.org/10.1177/0022343312445651>
- Zeman, T., Bren, J. & Urban, R. (2017). Role of Internet in Lone Wolf Terrorism. *Journal of Security and Sustainability Issues*, 7(2). https://jssidoi.org/jssi/uploads/papers/26/Zeman_Role_of_Internet_in_Lone_WoLf_Terrorism.pdf

Livros e Capítulos de livros:

- Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo* (3.^a reimp.). Almedina Brasil.
- Batista, B., Rodrigues, D., Moreira, E. & Silva F. (2021). Técnicas de Recolha de Dados em Investigação: Inquirir por Questionário e/ou inquirir por entrevistas?. In Sá, P., Costa, A. & Moreira, A. (Eds.), *Reflexões em Torno de Metodologias de Investigação: Recolha de Dados*. UA Editora. <https://doi.org/10.34624/ka02-fq42>
- Beck, U. (2011). *Sociedade de Risco: Rumo a Uma Outra Modernidade*. Editora 34.
- Beck, U. (2018). *Sociedade de Risco Mundial: Em Busca da Segurança Perdida*. Edições 70.
- Duque, R. (2016). Terrorismo: Um Olhar Sobre a Evolução e as Particularidades Desta Forma de Violência. In Duque, R., Noivo, D. & Silva, T. (Coord.), *Segurança Contemporânea*. (1st ed., pp. 131-150). Pactor.
- Elias, L. (2022). *Ciências Policiais e Segurança Interna: Desafios e Prospetiva* (2.^a ed.). ISCPSI.
- Fernandes, L. (2014). *Intelligence e Segurança Interna*. ISCPSI.
- Hamm, M. & Spaaij, R. (2017). *The Age of Lone Wolf Terrorism*. Columbia University Press. <https://doi.org/10.7312/hamm18174>
- Hesterman, J. (2017). The Psychology of Soft Targeting and Our Unique Vulnerability. In Michael, M. & Hesterman, J. (Eds), *Soft Targets and Crisis Management* (1^a ed., pp. 9-27). Taylor & Francis Group. <https://doi.org/10.4324/9781315451091>
- Hesterman, J. (2018). *Soft Targets Hardening: Protecting People from Attack*. Taylor & Francis Group. <https://doi.org/10.4324/9780429422966>
- Hoffman, B. (2017). *Inside terrorism* (3.^a ed.). Columbia University Press.
- Hofreiter, L., Berezutskyi, V., Figuli, L., & Zvaková, Z. (2020). *Soft Target Protection: Theoretical Basis and Practical Measures*. Springer.
- Hofreiter, L., Halaj, M., Jankura, R. (2020). Building a Security Culture as a Tool for Soft Targets Protection. In: Hofreiter, L., Berezutskyi, V., Figuli, L., Zvaková, Z. (Eds) *Soft Target Protection* (139-147). Springer. https://doi.org/10.1007/978-94-024-1755-5_11

- Hoogeveen, J., Tesliuc, E., Vakis, R. & Dercon, S. (2004). *A Guide to the Analysis of Risk, Vulnerability and Vulnerable Groups*.
https://www.researchgate.net/publication/238528462_A_Guide_to_the_Analysis_of_Risk_Vulnerability_and_Vulnerable_Groups
- Jasparro, C. & Levi-sanchez, S. (2022). Geographic Context: Domestic Versus International Lone Actors. In Jacob, C., Dew, A., Recupero P. & Gill, P. (Eds.). *Lone-actor Terrorism: An Integrated Framework* (146-155). Oxford University Press.
- Kumar, R. (2011). *Research Methodology: A Step-by-step Guide for Beginners* (3rd ed.). Sage. http://www.sociology.kpi.ua/wp-content/uploads/2014/06/Ranjit_Kumar-Research_Methodology_A_Step-by-Step_G.pdf
- Marconi, M. & Lakatos, E. (2017). *Fundamentos de Metodologia Científica*. Atlas S.A.
https://ia804601.us.archive.org/7/items/Fundamentos_de_metodologia_cientifica_8_ed._-www.meulivro.biz/Fundamentos_de_metodologia_cientifica_8_ed._-www.meulivro.biz.pdf
- Matos, H. (2016). *Terrorismo & Contraterrorismo: Sistemas de Segurança Interna*. Caleidoscópio – Edição e Artes Gráficas, SA.
- Mazucato, T. (2018). *Metodologia da Pesquisa e do Trabalho Científico*. FUNEPE.
https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5324848/mod_resource/content/1/Metodologia-MAZUCATO%28Org%29.pdf
- Noivo, D. (2012). Prescrutar a Ameaça Terrorista Contemporânea: A AlQaeda no Magrebe Islâmico como Caso de Estudo. In Correia, E. & Duque, R. (Coord.), *O Poder Político e a Segurança*. (1st ed., pp. 71-104). Fonte da Palavra.
- Perliger, A. (2020). *American Zealots: Inside Right-Wing Domestic Terrorism*. Columbia University Press.
- Rappoport, D. (2004). The Four Waves of Moder Terrorism. In Chermak, S. & Freilich J. (Eds.), *Transnational Terrorism*. (pp. 3-30). Routledge.
- Schmid, A. (2020). *Handbook of terrorism prevention and preparedness*. International Centre for Counter-Terrorism. <https://icct.nl/handbook-of-terrorism-prevention-and-preparedness/>

- Singh, Y. (2006). *Fundamental of Research Methodology and Statistics*. New Age International Publishers.
- Spaaij, R. (2012). *Understanding Lone Wolf Terrorism: Global Patterns, Motivations and Prevention*. <https://doi.org/10.1007/978-94-007-2981-0>
- Townshend, C. (2002). *O Terrorismo*. Oxford University Press.
- Vergueiro, L. (2009). *Terrorismo e Crime Organizado*. Quartier Latin do Brasil.
- Vieira, S. (2008). *Como Escrever Uma Tese* (6th ed.). Atlas S.A.
- Willis, H., Morral, A., Kelly, T. & Medby, J. (2005). *Estimating Terrorism Risk*. RAND Corporation. <https://www.rand.org/pubs/monographs/MG388.html>

Publicações institucionais e Trabalhos de investigação:

- Bakker, E. & Graaf, B. (2010). *Lone Wolves: How to Prevent This Phenomenon*. Universiteit Leiden. <https://hdl.handle.net/1887/16557>
- Brynielsson, J., Horndahl, A., Johansson, F., Kaati, L., Martenson, C. & Svenson, P. (2012). *Analysis of Weak Signals for Detecting Lone Wolf Terrorists*. Swedish Defence Research Agency. <https://doi.org/10.1186/2190-8532-2-11>
- Departamento da Justiça dos Estados Unidos (2022, 20 de Dezembro). *Targets of Terrorists*. Office of Justice Programs. <https://www.ojp.gov/ncjrs/virtual-library/abstracts/targets-terrorists>
- Departamento de Segurança Interna dos Estados Unidos (2018). *Soft Targets and Crowded Places Security Plan Overview*. https://www.cisa.gov/sites/default/files/publications/DHS-Soft-Target-Crowded-Place-Security-Plan-Overview-052018-508_0.pdf
- Escritório das Nações Unidas para o Combate ao Terrorismo. (2022, 23 de Dezembro). *Protecting Vulnerable Targets From Terrorism Attacks: Good Practices Guide*. United Nations. <https://www.un.org/counterterrorism/events/unoct-launches-five-new-thematic-guides-protecting-vulnerable-targets-against-terrorist>
- European Forum for Urban Security (2022, 23 de Dezembro). *Public Resilience using TEchnology to Counter Terrorism*. <https://protect-cities.eu/protect-project/publications/>

- Europol. (2022). *European Union Terrorism Situation and Trend Report 2022*. Publications Office of the European Union. <https://www.europol.europa.eu/publication-events/main-reports/european-union-terrorism-situation-and-trend-report-2022-te-sat>
- Federal Bureau of Investigation. (2022, 19 de Dezembro). *Active Shooter Resources*. FBI. <https://www.fbi.gov/how-we-can-help-you/safety-resources/active-shooter-safety-resources>
- Galito, M. (2013). *Terrorismo: Conceptualização do Fenómeno*. Instituto Superior de Economia e Gestão. <http://hdl.handle.net/10400.5/6057>
- Institute for Economics & Peace. (2022). *Global Terrorism Index 2022: Measuring the Impact of Terrorism*. <https://www.economicsandpeace.org/wp-content/uploads/2022/03/GTI-2022-web-09062022.pdf>
- Linger, K. (2018). *Analysis of the Police Response to Mass Shootings in the United States between 1966 and 2016*. [Honor Thesis, College of Emergency Preparedness, Homeland Security and Cybersecurity]. https://scholarsarchive.library.albany.edu/honorscollege_ehc/1
- Luzio, J. (2022). *Soft Targets e a Ameaça dos Atacantes Ativos: O Caso dos Estabelecimentos de Ensino Universitário em Lisboa*. [Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna]. Repositórios Científicos de Acesso Aberto de Portugal. <http://hdl.handle.net/10400.26/41580>
- Moreira, J. (2022). *A Ameaça Terrorista em Soft Targets: A Proteção do Eixo Turístico da Zona de Belém* [Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna]. Repositórios Científicos de Acesso Aberto de Portugal. <http://hdl.handle.net/10400.26/42297>
- Ricardo, A. (2022). *Proteção de Soft Targets: a ameaça terrorista aos locais de culto* [Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna]. Repositórios Científicos de Acesso Aberto de Portugal. <http://hdl.handle.net/10400.26/41563>
- Silva, A. (2017). *A Corresponsabilização no Exercício da Segurança Pública: A Proteção de Soft Targets* [Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Ciências

Policiais e Segurança Interna]. Repositórios Científicos de Acesso Aberto de Portugal. <http://hdl.handle.net/10400.26/35120>

Turismo de Portugal (2023, 27 de março). *Turismo em Números – 2022*. TravelBI. <https://travelbi.turismodeportugal.pt/turismo-em-portugal/turismo-em-numeros-2022/>

Valas, S. & Gonçalves, F. (2013). *Aspetos Metodológicos do Inquérito por Entrevista*. Centro de Investigação sobre o Espaço e as Organizações (CIEO), Universidade do Algarve. <http://hdl.handle.net/10400.1/3031>

Walls, E. (2017). *Waves of Moder Terrorism: Examining the Past and Predicting the Future*. [Dissertação de Mestrado, The Graduate School of Arts and Sciences]. https://repository.library.georgetown.edu/bitstream/handle/10822/1043900/Walls_georgetown_0076M_13610.pdf?sequence=1

Wilkinson, P. (2005). *International terrorism: the changing threat and the EU's response*. <https://www.iss.europa.eu/content/international-terrorism-changing-threat-and-eu%E2%80%99s-response>

Fontes eletrónicas e imprensa:

Global Terrorism Database. (2023, 20 de Fevereiro). https://www.start.umd.edu/gtd/search/Results.aspx?chart=overtime&casualties_type=b&casualties_max=&start_yearonly=2004&end_yearonly=2020&criterion1=yes&criterion2=yes&criterion3=yes&dtp2=all®ion=9,8

Global Terrorism Database. (2023, 20 de Fevereiro). https://www.start.umd.edu/gtd/search/Results.aspx?charttype=line&chart=attack&casualties_type=b&casualties_max=&start_yearonly=2004&end_yearonly=2020&criterion1=yes&criterion2=yes&criterion3=yes&dtp2=all®ion=9,8

Global Terrorism Database. (2023, 20 de Fevereiro). https://www.start.umd.edu/gtd/search/Results.aspx?chart=overtime&casualties_type=b&casualties_max=&start_yearonly=2004&end_yearonly=2020&criterion1=yes&criterion2=yes&criterion3=yes&dtp2=all&country=217

Global Terrorism Database. (2023, 20 de Fevereiro). https://www.start.umd.edu/gtd/search/Results.aspx?chart=attack&casualties_type

[e=b&casualties_max=&start_yearonly=2004&end_yearonly=2020&criteria1=yes&criteria2=yes&criteria3=yes&dt2=all&country=217](https://dados.cm-lisboa.pt/dataset/sistema-de-videovigilancia-bairro-alto/resource/4c1b0158-fcc3-46e1-8427-282e09ceebde)

Lisboa Aberta. (2023, 31 de Março). <https://dados.cm-lisboa.pt/dataset/sistema-de-videovigilancia-bairro-alto/resource/4c1b0158-fcc3-46e1-8427-282e09ceebde>

Turista Profissional. (2023, 2 de Janeiro). *Bairro Alto em Lisboa*. <https://turistaprofissional.com/bairro-alto-lisboa/>

Legislação internacional e nacional consultada:

Decisão-Quadro 2002/475/JAI, do Conselho, de 13 de Junho de 2002. *Jornal Oficial n.º L 164*, 0003-0007.

Decreto de Aprovação da Constituição, de 10 de Abril de 1976. *Diário da República n.º 86/1976 – Série I*. Lisboa: Presidência da República, 738-775.

Despacho n.º 10783/2020, de 3 de Novembro de 2020. *Diário da República n.º 214/2020, Série II*. Lisboa: Ministério da Administração Interna, 34 - 34.

Despacho n.º 1111/2017, de 30 de Janeiro de 2017. *Diário da República n.º 21/2017, Série II*. Lisboa: Ministério da Administração Interna, 2076 - 2076.

Despacho n.º 11553/2018, de 4 de Dezembro de 2018. *Diário da República n.º 233/2018, Série II*. Lisboa: Ministério da Administração Interna, 32384 - 32385.

Despacho n.º 12782/2022, de 4 de Novembro de 2022. *Diário da República n.º 213/2022, Série II*. Lisboa: Ministério da Administração Interna, 31 - 31.

Despacho n.º 14239/2014, de 26 de Novembro de 2014. *Diário da República n.º 229/2014, Série II*. Lisboa: Ministério da Administração Interna, 29613 - 29613.

Despacho n.º 27484/2009, de 23 de Dezembro de 2009. *Diário da República n.º 247/2009, Série II*. Lisboa: Ministério da Administração Interna, 51759-51759.

Lei n.º 1/2005, de 10 de Janeiro de 2005. *Diário da República n.º 6/2005, Série I-A*. Lisboa: Assembleia da República, 205-208.

Lei n.º 52/2003, de 22 de Agosto de 2003. *Diário da República n.º 193/2003, Série I-A*. Lisboa: Assembleia da República, 5398-5400.

Lei n.º 53/2008, de 29 de Agosto de 2008. *Diário da República n.º 167/2008, Série I-A*.
Lisboa: Assembleia da República, 6135-6141.

Norma de Execução Permanente n.º DN/AUOOS/DO/01/11, de 5 de janeiro. Lisboa:
Direção nacional da Polícia de Segurança Pública.

Recomendação do Conselho 2001/C 356/01, de 6 de Dezembro de 2001. *Jornal Oficial*
n.º C 356, 0001-0002.

Resolução da Assembleia da República n.º 101/2015, de 23 de Julho de 2015. *Diário da*
República n.º 74/2015 – Série I. Lisboa: Presidência da República, 4944-4958.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 40/2023, de 3 de Maio de 2023. *Diário da*
República n.º 85/2023 – Série I. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros,
19-24.

Anexos

Anexo I - Ofício de autorização para o acesso a documentação classificada



MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA
POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS
E SEGURANÇA INTERNA

Exmo. Sr. Diretor Nacional-Adjunto UORH
Superintendente-Chefe Abílio Pinto Vieira

António a consulta de
cedência de cópias de
documentação
02.22.2023
Diretor Nacional Adjunto
Recursos Humanos

Eu, João Miguel Fevereiro Regino, Aspirante a Oficial de Polícia (AOP) a frequentar o curso de formação de oficiais de polícia, matriculado na matrícula 157278, venho por este meio solicitar a Vossa Excelência o acesso a documentação considerada como relevante para a realização da dissertação de mestrado.

Deste modo, solicita-se a Vossa Excelência autorização para aceder e fazer referência aos seguintes documentos:

- Plano de Coordenação, Controlo e Comando Operacional das Forças e Serviços de Segurança (PCCCOFSS);
- Norma de Execução Permanente (NEP) N.º DN/AUOOS/DO/01/11, relativa à Gestão de Incidentes Tático-Policiais (ITP's).

Este pedido insere-se no âmbito da dissertação de mestrado com o tema "Proteção de Soft Targets: A Ameaça de Terrorismo na Área do Bairro Alto", sob orientação da Exma. Sra. Professora Doutora Raquel Duque.

Comprometo-me a manter a confidencialidade dos dados recolhidos fora do âmbito da elaboração e discussão da dissertação, bem como a cumprir as demais regras éticas relativas à realização da investigação científica.

Lisboa e ISCPSI, 31 de janeiro de 2023

João Regino

João Miguel Fevereiro Regino
Aspirante a Oficial de Polícia

Anexo II - Ofício de autorização para realização de entrevistas a elementos policiais



MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA
POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS
E SEGURANÇA INTERNA

Exmo. Sr. Diretor Nacional-Adjunto UORH
Superintendente-Chefe Abílio Pinto Vieira

Autenticado.
22.02.2023
Diretor Nacional Adjunto
Recursos Humanos

Abílio Pinto Vieira
Superintendente-Chefe

Eu, João Miguel Fevereiro Regino, Aspirante a Oficial de Polícia (AOP) n.º de matrícula 157278, a frequentar o 35.º Curso de Formação de Oficiais de Polícia, venho por este meio solicitar a Vossa Excelência autorização para entrevistar os elementos policiais considerados como relevantes e possuidores dos conhecimentos necessários para responder as questões associadas à presente dissertação de mestrado.

Este pedido insere-se no âmbito da dissertação de mestrado com o tema "Proteção de *Soft Targets*: A Ameaça de Terrorismo na Área do Bairro Alto", sob orientação da Exma. Sra. Professora Doutora Raquel Duque.

Deste modo, solicita-se a Vossa Excelência autorização para realizar entrevistas aos seguintes elementos policiais, pela proximidade que os mesmos têm com a temática e/ou com a área em estudo:

- Exmo. S. [redacted];
- Exmo. I. [redacted];
- Exmo. I. [redacted];
- Exma. [redacted]^a
[redacted];
- Exmo. S. [redacted];
- Exmo. C. [redacted]^a
[redacted];
- Os elementos das carreiras de oficiais, chefes e agentes da 3.ª esquadra do Bairro Alto.

Anexo III – Mapa da Área do Bairro Alto



Legenda:

Área do Bairro Alto

- 📍 Praça Luís de Camões
- 📍 Igreja de São Roque
- 📍 Museu de São Roque
- 📍 Igreja de Nossa Senhora do Loreto dos Italianos
- 📍 Miradouro de São Pedro de Alcântara

Figura 4 - Mapa da área do Bairro Alto

Nota: Mapa adaptado do site CalcsMaps. (s.d.), retirado a 2 de Janeiro de 2023 de <https://www.calcmeps.com/pt/map-area/>

Anexo IV – Ataques terroristas na Europa (2004-2020)

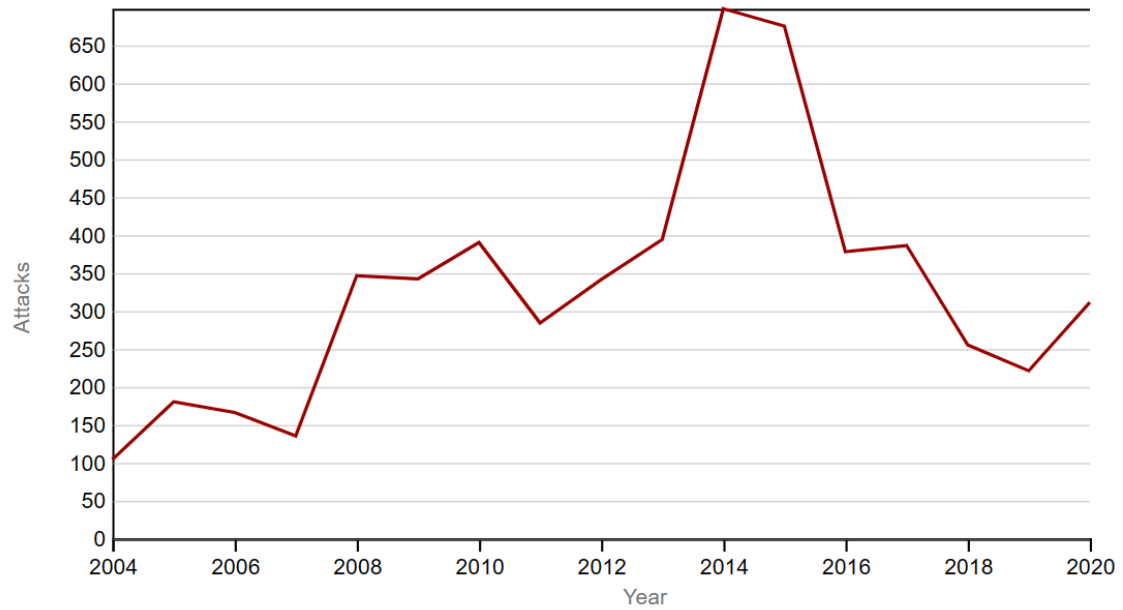


Figura 5 - Ataques terroristas na Europa (2004-2020)

Nota: Gráfico adaptado da *Global Terrorism Database*, extraído a 20 de fevereiro de 2023 de https://www.start.umd.edu/gtd/search/Results.aspx?chart=overtime&casualties_type=b&casualties_max=&start_yearonly=2004&end_yearonly=2020&criteria1=yes&criteria2=yes&criteria3=yes&dt_p2=all®ion=9.85

Anexo V – *Modus operandi* de ataques terrorista na Europa (2004-2020)

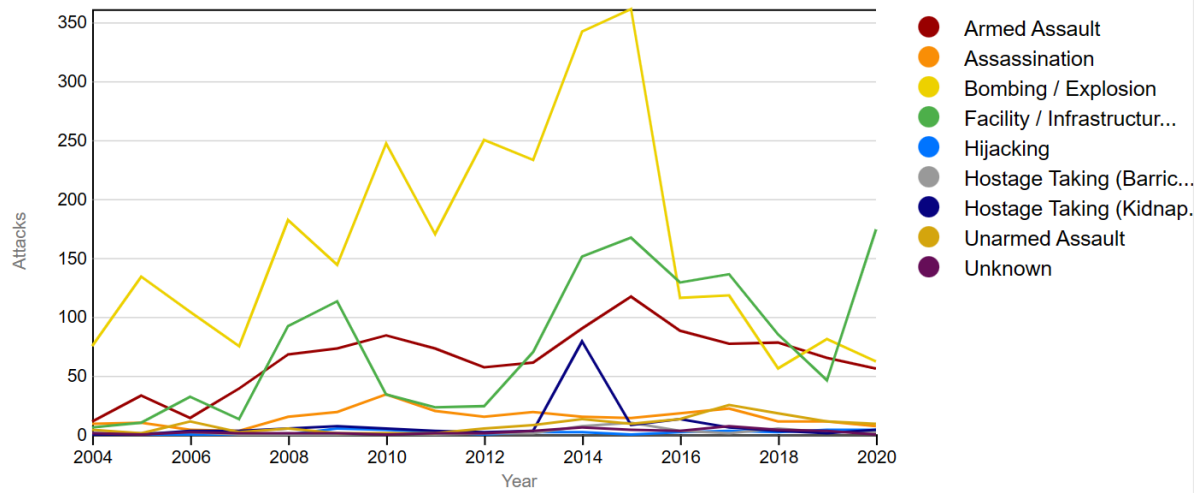


Figura 6 - *Modus operandi* de ataques terrorista na Europa (2004-2020)

Nota: Gráfico adaptado da *Global Terrorism Database*, extraído a 20 de fevereiro de 2023 de https://www.start.umd.edu/gtd/search/Results.aspx?charttype=line&chart=attack&casualties_type=b&casualties_max=&start_yearonly=2004&end_yearonly=2020&criteria1=yes&criteria2=yes&criteria3=yes&dtp2=all®ion=9,8

Anexo VI – Ataques terroristas nos EUA (2004-2020)

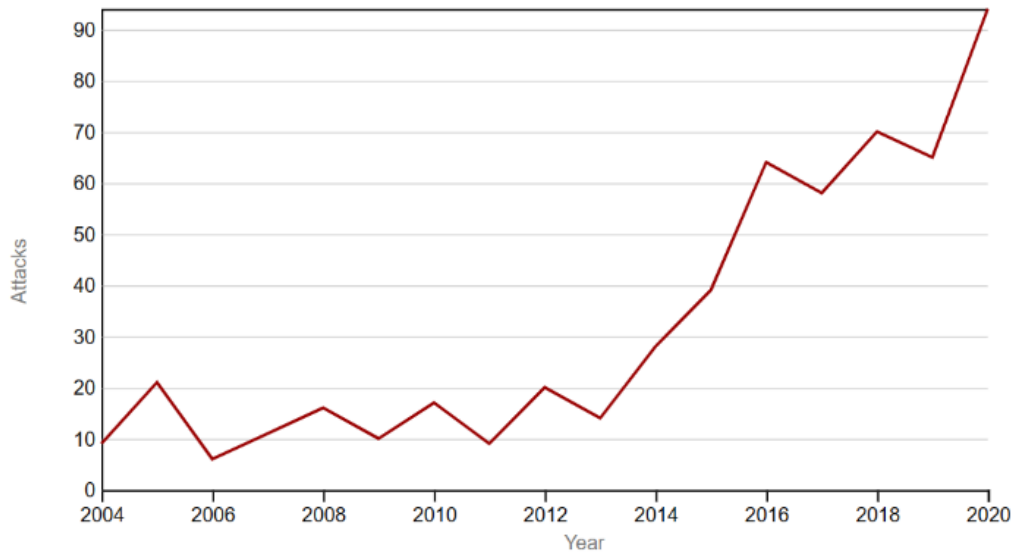


Figura 7 - Ataques terroristas nos EUA (2004-2020)

Nota: Gráfico adaptado da *Global Terrorism Database*, extraído a 20 de fevereiro de 2023 de https://www.start.umd.edu/gtd/search/Results.aspx?chart=overtime&casualties_type=b&casualties_max=&start_yearonly=2004&end_yearonly=2020&criterion1=yes&criterion2=yes&criterion3=yes&dt_p2=all&country=217

Anexo VII – *Modus opernadi* de ataques terrorista nos EUA (2004-2020)

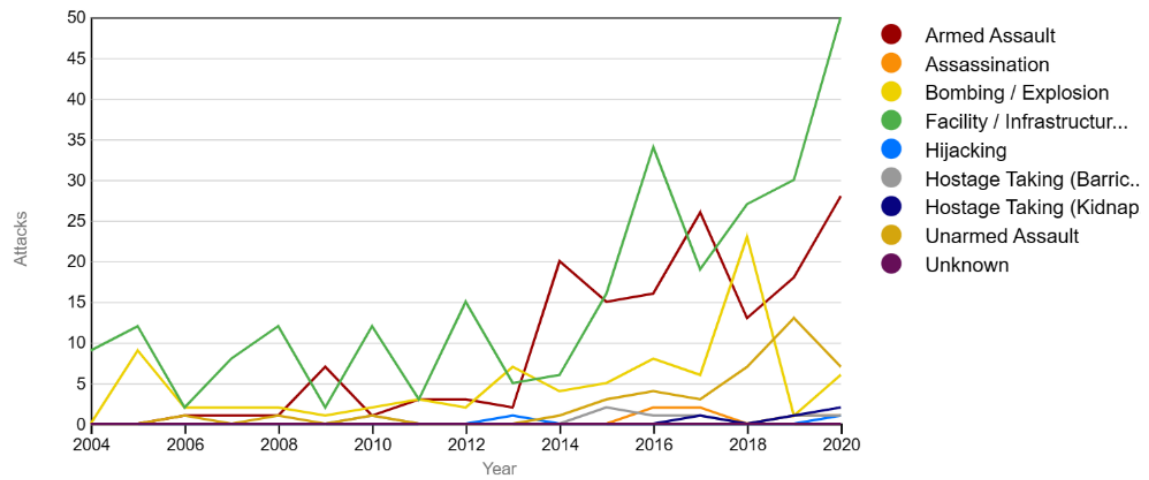


Figura 8 - *Modus opernadi* de ataques terrorista nos EUA (2004-2020)

Nota: Gráfico adaptado da *Global Terrorism Database*, extraído a 20 de fevereiro de 2023 de https://www.start.umd.edu/gtd/search/Results.aspx?chart=attack&casualties_type=b&casualties_max=&start_yearonly=2004&end_yearonly=2020&criteria1=yes&criteria2=yes&criteria3=yes&dt2=all&country=217

Anexo VIII – Número de atentados terroristas na UE por ideologia (2010-2021)

	Jihadista	Extrema-direita	Extrema-esquerda	Separatista	Causa única	Não especificado	Total
2010	3	0	45	160	1	40	249
2011	0	1	37	110	0	26	174
2012	6	2	18	167	0	26	219
2013	0	0	24	84	0	44	152
2014	2	0	13	67	1	116	199
2015	17	9	13	65	0	107	211
2016	13	1	27	99	0	2	142
2017	33	5	24	137	6	0	205
2018	24	1	19	83	1	1	129
2019	21	6	26	57	3	6	119
2020	14	4	25	14	0	0	57
2021	11	3	1	0	0	0	15

Tabela 2 - Número de atentados terroristas na UE por ideologia (2010-2021)

Nota: Dados retirados e adaptados do *European Union Terrorism Situation and Trend Report 2022* (TE-SAT), extraído a 10 de março de 2023 de <https://www.europol.europa.eu/publication-events/main-reports/european-union-terrorism-situation-and-trend-report-2022-te-sat>

Anexo IX – Representação gráfica dos atentados terroristas na UE por ideologia (2010-2021)

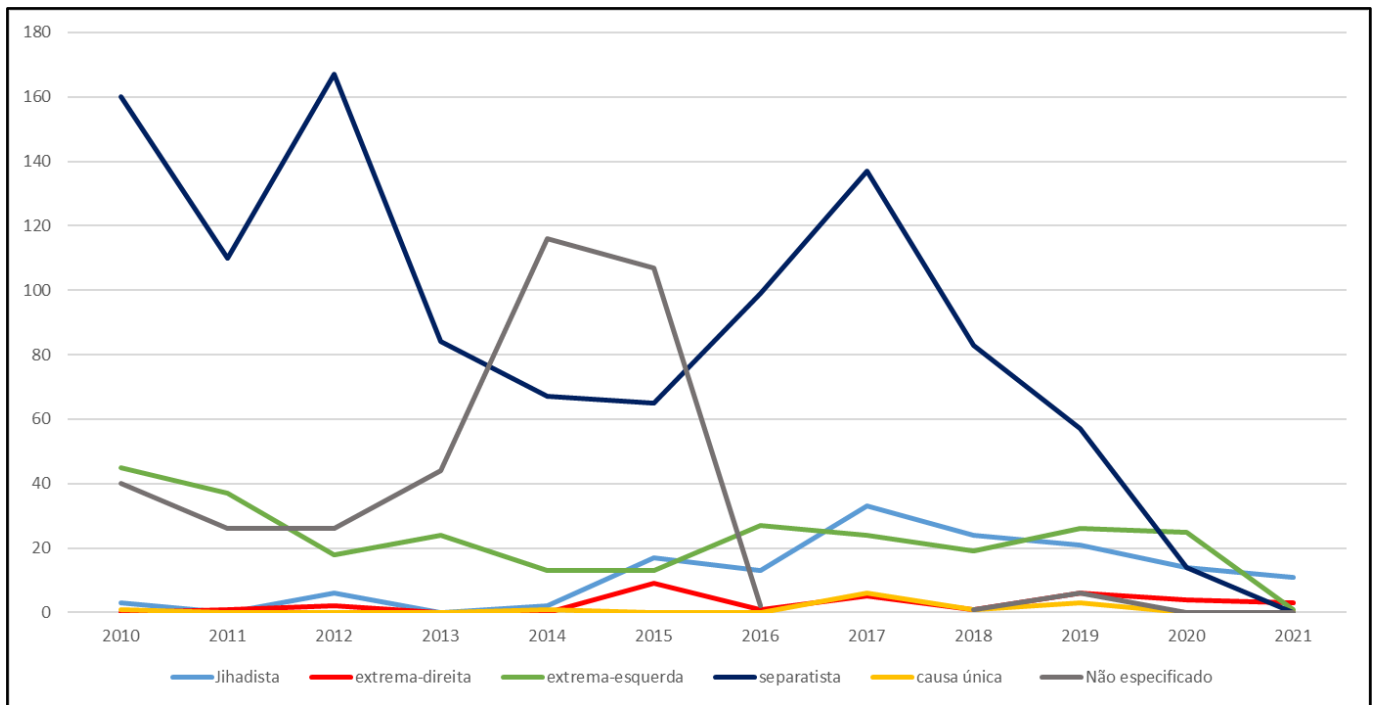


Figura 9 - Atentados terroristas na UE por ideologia (2010-2021)

Nota: dados retirados e adaptados do *European Union Terrorism Situation and Trend Report 2022 (TE-SAT)*, extraído a 10 de março de 2023 de <https://www.europol.europa.eu/publication-events/main-reports/european-union-terrorism-situation-and-trend-report-2022-te-sat>

Anexo X – Estatísticas sobre o turismo: Hóspedes registados em 2022

<u>Portugal</u>	INDICADORES	<u>A.M. Lisboa</u>
Valor		Valor
2022		2022
26.529,1	Hóspedes (milhares)	7.669,2
11.223,8	Hóspedes de Portugal	2.227,1
15.305,3	Hóspedes do Estrangeiro	5.442,1

Figura 10 - Estatísticas sobre o turismo: Hóspedes registados em 2022

Nota: Dados adaptados do site TravelBI, de Turismo de Portugal, extraído a 31 de março de 2023 de <https://travelbi.turismodeportugal.pt/turismo-em-portugal/turismo-em-numeros-2022/>

Anexo XI – Peso do turismo no PIB nacional (2016-2021)

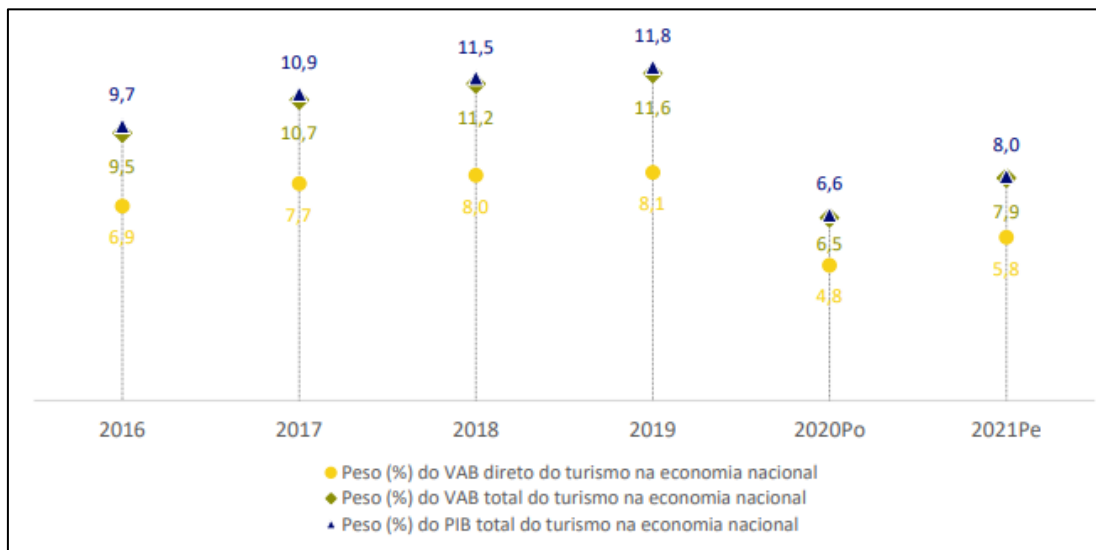


Figura 11 - Peso do turismo no PIB nacional (2016-2021)

Nota: Gráfico adaptado do relatório Estatísticas do Turismo 2021 (2022) do Instituto Nacional de Estatística, retirado a 3 de maio de 2023 de https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESTipo=ea&PUBLICACOEScolecao=107668&selTab=tab0&xlang=pt

Anexo XII – Localização do sistema de videovigilância no Bairro Alto



Legenda:

Área do Bairro Alto

● Câmara de vigilância fixa

Figura 12 - Localização do sistema de videovigilância no Bairro Alto

Nota: Mapa adaptado do site Lisboa Aberta (s.d.), retirado a 31 de março de 2023 de <https://dados.cm-lisboa.pt/dataset/sistema-de-videovigilancia-bairro-alto/resource/4c1b0158-fcc3-46e1-8427-282e09ceebde>

Apêndices

Apêndice I – Modelo de Termo de Consentimento Informado

Tomei conhecimento que o Aspirante a Oficial de Polícia João Miguel Fevereiro Regino (M/157278), no âmbito da conclusão do Mestrado Integrado em Ciências Policiais do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (ISCPSI), está a desenvolver um trabalho de investigação sobre “**PROTEÇÃO DE *SOFT TARGETS*: A AMEAÇA DE TERRORISMO NA ÁREA DO BAIRRO ALTO**”. Esta Dissertação de Mestrado encontra-se sob a orientação da Professora Doutora Raquel Duque. Nesse sentido, fui elucidado(a) sobre os objetivos do estudo e foi solicitada a minha colaboração com a prestação de declarações através de uma entrevista.

Nesses termos, fui informado(a) de que a entrevista será gravada para facilitar a sua posterior análise, sendo garantida a destruição de todos os registos de áudio/vídeo após a sua transcrição. A minha participação tem carácter voluntário, tendo sido informado(a) sobre a possibilidade de desistência a qualquer momento. Fui ainda informado(a) que não irá existir qualquer tipo de remuneração ou custo associado à minha participação neste estudo e que me é garantida a prestação de qualquer esclarecimento caso seja necessário e solicitado.

Fui elucidado(a) sobre todos os aspetos associados à minha participação e tive resposta a todas as questões por mim colocadas. Fui igualmente informado(a) que tenho o direito a recusar participar, sem quaisquer consequências a esse facto associadas.

Desta forma, aceito participar nesta investigação e assino o presente documento como forma de o comprovar.

Lisboa, ____ de _____ de 2023

Apêndice II – Guião de Entrevistas

1. Alguma vez considerou a possibilidade de ocorrência de um ataque terrorista na área do Bairro Alto? Se sim, como considera que poderia ocorrer?
2. Quais as principais vulnerabilidades existentes na área?
3. Quais as medidas de segurança existentes no âmbito da prevenção a ataques terroristas para a área em apreço? Qual(ais) considera mais importante(s) para prevenir a realização de ataques terroristas na área do Bairro Alto?
4. Existe alguma formação ministrada aos funcionários que vise facilitar a resposta a um ataque terrorista? Quais os conteúdos ministrados?
5. Quais os meios materiais e tecnológicos existentes para a proteção da área e dos seus visitantes contra um ataque terrorista? Como os avaliaria?
6. Quais são os papéis dos diferentes atores responsáveis pela segurança (segurança privada/pública) na prevenção de ataques terroristas na área do Bairro Alto?

Apêndice III – Quadro Categorical

A. Categoria “**Ameaça de segurança**”. qualificação da área enquanto alvo de ameaça terrorista.

A.1. Subcategoria “**Compreensão da ameaça enquanto *Soft Target***”. Aqui insere-se a informação relacionada com a avaliação da ameaça terrorista e consciência da sua existência por parte dos participantes.

Ex.: “Portanto, tem todas as condições, ou as características que caracterizam um *soft target*, e nessa perspectiva é um alvo potencial para quem quiser fazer mal.” (E5)

A.2. Subcategoria “**Tipos de vulnerabilidades**”. Nesta subcategoria inserem-se os dados relacionados com os principais tipos de vulnerabilidades considerados pelos entrevistados.

Ex.: “A vulnerabilidade do Bairro Alto consiste essencialmente na sua geografia, nas ruas serem estreitas” (E1)

A.3. Subcategoria “**Agravamento das vulnerabilidades**”. Nesta subcategoria são considerados os principais pontos que objetivamente agravam as vulnerabilidades mencionadas na subcategoria anterior e tornam mais suscetível a realização de um ataque.

Ex.: “E, portanto, enquanto existir bebida na rua, existem pessoas na rua.” (E3)

B. Categoria “**Prevenção e reação a ataque terrorista**”. Nesta categoria são contempladas todas as informações relativas às medidas em implementação respeitantes à prevenção e à reação a ataques terroristas, bem como os juízos de valor, positivos e negativos, sobre a eficácia das mesmas.

B.1. Subcategoria “Sensibilização”. Aqui é inserido o conteúdo relacionado com o planeamento e realização de ações de sensibilização e simulacros no âmbito de terrorismo.

Ex.: “[...] bem, há sempre uma sensibilização genérica que as polícias fazem através do policiamento de proximidade a determinados públicos [...]” (E6)

B.2. Subcategoria “Efetivo policial”. Nesta subcategoria é abordada a informação relacionada com a atividade desempenhada pelos elementos policiais no âmbito da prevenção e reação a ataques terroristas.

Ex.: “No que diz respeito à PSP, podemos falar do policiamento, seja apeado ou motorizado, como medidas de visibilidade e de prontidão para qualquer necessidade.” (E10)

B.3. Subcategoria “Meios físicos e tecnológicos alocados para a prevenção e reação”. Nesta subcategoria insere-se todo conteúdo respeitante a todas as medidas de segurança física e tecnológica, excluindo os recursos humanos, em uso para a prevenção e reação a ataques terroristas.

Ex.: “o facto de ser uma zona vigiada através de circuito CCTV, permitindo um maior controlo do que se passa na área.” (E9)

C. Categoria “Formação em antiterrorismo”. Esta categoria reúne toda a informação relacionada com a formação dos profissionais associados à atividade de segurança na área do Bairro Alto no âmbito do terrorismo.

C.1. Subcategoria “Opinião”. Esta subcategoria remete para a informação relacionada com as opiniões positivas e negativas que os entrevistados apontam sobre a formação ministrada relativa ao terrorismo.

Ex.: “o valor acrescentado que representa, no polícia, cada nova formação” (E13)

C.2. Subcategoria “**Conteúdo**”. Esta subcategoria reúne toda a informação relativa ao conteúdo abordado pelas formações ministradas.

Ex.: “No âmbito do curso do MIPP foram incorporados conteúdos formativos para identificação de indícios técnicos” (E1)

D. Categoria “**Tipologia de ataques**”. Nesta categoria, é inserida a informação relativa à tipologia de ataques quanto aos meios e ao modo de realização de ataques terroristas.

D.1. Subcategoria “**Meios empregues**”. Nesta subcategoria insere-se a informação relativa à perspetiva dos entrevistados sobre quais os meios existentes que podem ser utilizados para um ataque terrorista na área de estudo.

Ex.: “que não tem necessariamente de ser um atentado com explosivos, basta ser alguém com uma faca, uma viatura ali” (E2)

D.2. Subcategoria “**Modus Operandi**”. Nesta subcategoria é integrado todo o conteúdo relativo formas de realização de um ataque terrorista na área do Bairro Alto.

Ex.: “Uma das características do terrorismo contemporâneo é a sua imprevisibilidade e diversidade dos *modus operandi* utilizados por parte de indivíduos ou grupos.” (E1)

E. Categoria “**Medidas de segurança propostas**”. Nesta categoria insere-se toda a informação relativa às medidas mencionadas e propostas pelos entrevistados para melhorar a prevenção e reação a ataques terroristas.

E.1. Subcategoria “**Sensibilização e educação**”. Aqui é inserido o conteúdo relacionado com as propostas de realização de ações de sensibilização e simulacros no âmbito de terrorismo e ações de formação para a população.

Ex.: “A policia tem a obrigação, entre o dar e o haver, entre os prós e os contras, eu sou da opinião de assumir o risco e levar a mensagem às pessoas.” (E5)

E.2. Subcategoria “**Tecnologia e meios físicos**”. Nesta subcategoria é englobada a informação relativa a propostas de criação ou melhoria de medidas associadas a meios tecnológicos.

Ex.: “Aí, novas tecnologias no âmbito do reconhecimento facial, mas que em Portugal é muito difícil a implementação” (E5)

E.3. Subcategoria “**Recursos humanos**”. Nesta subcategoria insere-se a informação relativa a propostas de melhoria relativamente à formação e aos modos de atuação do efetivo policial para a prevenção e reação a ataques terroristas.

Ex.: “É necessária sim, formação neste âmbito, e o melhor para combater isto será a formação de inicio na formação na Escola Prática de Policia.” (E3)

E.4. Subcategoria “**Legislação**”. Nesta subcategoria insere-se a informação respeitante às sugestões de alteração ou criação de normas legais no âmbito do terrorismo.

Ex.: “Aí, novas tecnologias no âmbito do reconhecimento facial, mas que em Portugal é muito difícil a implementação, necessitando de uma revisão ao nível da sua legalidade.” (E5)

F. Categoria “**Responsabilidade na segurança**”. Nesta categoria insere-se toda a informação relativa ao papel desempenhado por toda a população e pelas várias entidades associadas à segurança existentes.

F.1. Subcategoria “**Ação dos vários atores**”. Esta subcategoria contempla toda a informação relacionada com a importância da ação dos vários atores.

Ex.: “se essas entidades tiverem a percepção do que é importante transmitir e o transmitirem, obviamente podem ter um papel relevante na prevenção do terrorismo” (E2)

F.2. Subcategoria “**Cooperação e segurança**”. Esta subcategoria contempla toda a informação relacionada com a cooperação institucional e as mais valias da mesma.

Ex.: “Esta colaboração e contacto imediato em situações de crise é crucial para podermos desenvolver as medidas consideradas necessárias em função do caso concreto.” (E1)

Apêndice IV – Tabela de codificação

Categorias	Subcategorias	Indicadores	U.R.		
A. Ameaça de segurança	A.1. Compreensão da ameaça enquanto <i>soft target</i>	A.1.1. Consciência da existência de ameaça	19	60	133
		A.1.2. Densidade populacional	18		
		A.1.3. Falta medidas de segurança concretas	3		
		A.1.4. Espaço Europeu	6		
		A.1.5. Mediatismo	6		
		A.1.6. Multiculturiedade	8		
	A.2. Tipos de vulnerabilidades	A.2.1. Geografia local	12	17	
		A.2.2. Criminalidade	3		
		A.2.3. Falta de comunicação/ <i>Intelig ence</i>	2		
	A.3. Agravamento das vulnerabilidades	A.3.1. Imprevisibilidade e diversidade de <i>modus operandi</i>	6	56	
		A.3.2. Infraestruturas	5		
		A.3.3. Dificuldade de acesso e movimentação	16		
		A.3.4. Iluminação	5		
		A.3.5. Turismo noturno	14		

		A.3.6. Consumo de bebidas alcoólicas	4		
		A.3.7. Zona de restauração	6		
B. Prevenção e reação a ataque terrorista	B.1. Sensibilização	B.1.1. Sensibilização	6	8	76
		B.1.2. Simulacros	2		
	B.2. Efetivo Policial	B.2.1. Policiamento proximidade e visibilidade	14	42	
		B.2.2. Patrulhamento e vigilância	14		
		B.2.3. Controlo de entradas	3		
		B.2.4. EIR e EPRI	3		
		B.2.5. Unidade Especial	5		
		<i>B.2.6. Intelligence</i>	3		
	B.3. Meios físicos e tecnológicos alocados para a prevenção e reação	B.3.1. CCTV	14	26	
		B.3.2. Barreiras físicas	11		
B.3.3. Material de proteção específico		1			
C. Formação em antiterrorismo	C.1. Opinião	C.1.1. Importância	7	26	43
		C.1.2. Desconhecimento	9		
		C.1.3. Insuficiência	7		
		C.1.4. Formação base (EPP/ISCPSI)	3		
	C.2. Conteúdo	C.2.1. Vigilância, prevenção e deteção	9	17	

		C.2.2. <i>Intelligence</i>	2		
		C.2.3. Atacante Ativo e ITP's	6		
D. Tipologia de ataques	D.1. Meios Empregues	D.1.1. Armas de fogo	6	27	32
		D.1.2. Armas brancas	6		
		D.1.3. Pirotecnia e explosivos	6		
		D.1.4. Viaturas	6		
		D.1.5. Drones	1		
		D.1.6. NRBQ	2		
	D.2. <i>Modus Operandi</i>	D.2.1. Atacante solitário	2	5	
		D.2.2. Ataque em grupo	3		
E. Medidas de segurança propostas	E.1. Sensibilização e Educação	E.1.1. Ações sensibilização	6	10	31
		E.1.2. Realização de simulacros	4		
	E.2. Tecnologia e meios físicos	E.2.1. Detetor de metais	2	5	
		E.2.2. Vigilância através de meios informáticos	3		
	E.3. Recursos humanos	E.3.1. Melhoria na formação	5	13	
		E.3.2. Controlo e identificação de pessoas	4		
		E.3.3. Cooperação Institucional	4		
	E.4. Legislação	E.4.1. Mudanças legislativas	3	3	

F. Responsabilidade na segurança	F.1. Ações dos vários atores	F.1.1. Vigilância	6	22	37
		F.1.2. Conhecimento privilegiado	1		
		F.1.3. Transmissão de informação e denúncias	6		
		F.1.4. Comportamentos preventivos	3		
		F.1.5. Competências próprias	6		
	F.2. Cooperação e segurança	F.2.1. Partilha de informação	3	15	
		F.2.2. Atuação conjunta	12		

Tabela 3 -Tabela de codificação

Apêndice V – Incidência de entrevistas por indicadores

	Número de indicadores	Número de entrevistas	% entrevistas
A	18	13	100%
A.1.	6	13	100%
A.2.	3	9	69%
A.3.	9	12	92%
B	11	13	100%
B.1.	2	5	38%
B.2.	6	13	100%
B.3.	3	10	77%
C	8	13	100%
C.1.	5	13	100%
C.2.	3	9	69%
D	8	7	54%
D.1.	6	7	54%
D.2.	2	4	31%
E	8	8	62%
E.1.	2	4	31%
E.2.	2	3	23%
E.3.	3	6	46%
E.4.	1	3	23%
F	7	11	85%
F.1.	5	10	77%
F.2.	2	6	46%
Total	61	13	100%

Tabela 4 - Incidência de entrevistas por indicadores

Nota: Os valores da coluna 3 (“Número de entrevistas”) corresponde ao número de entrevistas que mencionam cada categoria/subcategoria, com base nos indicadores que enquadram cada uma delas. A coluna 4 (“% entrevistas”) corresponde à percentagem da coluna 3 (“Número de entrevistas”) em função da totalidade de entrevistas realizadas.

Apêndice VI – Peso percentual das U.R.

	U.R.	% na categoria	% Total
A	133	100%	38%
A.1.	60	45%	17%
A.2.	17	13%	5%
A.3.	56	42%	16%
B	76	100%	22%
B.1.	8	11%	2%
B.2.	42	55%	12%
B.3.	26	34%	7%
C	43	100%	12%
C.1.	26	60%	7%
C.2.	17	40%	5%
D	32	100%	9%
D.1.	27	84%	8%
D.2.	5	16%	1%
E	30	100%	9%
E.1.	10	32%	3%
E.2.	5	16%	1%
E.3.	13	42%	4%
E.4.	3	10%	1%
F	38	100%	11%
F.1.	22	59%	6%
F.2.	15	41%	4%
Total	352	100%	100%

Tabela 5 - Peso percentual das U.R.